



Organização
Internacional
do Trabalho
Genebra



Adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao Contexto Local

através da Cooperação Sul-Sul
e Cidade-Cidade

Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Externos
Organização Internacional do Trabalho

Adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao Contexto Local

através da Cooperação Sul-Sul
e Cidade-Cidade

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, 2015

Primeira edição 2015

As publicações do Bureau Internacional do Trabalho têm a proteção dos direitos de autor em virtude do protocolo n.º 2, anexo à Convenção Universal para a Proteção dos Direitos de Autor. No entanto, podem ser reproduzidos pequenos excertos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada.

Todos os pedidos de autorização de reprodução ou tradução devem ser remetidos às Publicações do BIT (Direitos e Licenças), Bureau Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, ou através do correio eletrónico: pubdroit@ilo.org. Tais pedidos serão sempre bem recebidos.

As bibliotecas, instituições e outros utilizadores registados numa organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

Adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao Contexto Local através da Cooperação Sul-Sul e Cidade-Cidade

Genebra: OIT, 2015

ISBN: 978-92-2-830321-6 (print)

ISBN: 978-92-2-830322-3 (web pdf)

ISBN: 978-92-2-030356-6 (CD-ROM)

Dados de Catalogação OIT

As designações constantes das publicações do BIT, que estão em conformidade com as normas das Nações Unidas, bem como a forma sob a qual figuram nas obras, não refletem necessariamente o ponto de vista do Bureau Internacional do Trabalho, relativamente à condição jurídica de determinado país, área ou território, ou respectivas autoridades, ou ainda relativamente à delimitação das respectivas fronteiras.

As opiniões expressas em artigos, estudos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a sua publicação não vincula o Bureau Internacional do Trabalho às opiniões neles expressas. A referência a nomes de empresas e produtos comerciais e processos, ou a sua omissão, não implica da parte do Bureau Internacional do Trabalho qualquer apreciação favorável ou desfavorável.

As publicações do Bureau Internacional do Trabalho podem ser adquiridas nas principais livrarias ou nos Escritórios locais do BIT. Também podem solicitar-se catálogos ou listas de novas publicações através da seguinte morada: Publicações do BIT, Bureau Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, pelo nosso endereço electrónico: pubvente@ilo.org ou ainda no site: www.ilo.org/publns.

Design e impressão pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim - Itália

Índice

Prefácio	2
Agradecimentos	4
1. Adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local: a CSST enquanto plataforma útil para a promoção do trabalho decente pelas cidades	6
A importância do trabalho decente	8
Evolução da CSST nos últimos anos	8
Fomentar a cooperação entre cidades através de uma abordagem de cooperação Sul-Sul e triangular para promover a Agenda para o Trabalho Decente	10
Necessidade de abordagens “de baixo para cima” para promover o desenvolvimento internacional	14
2. Adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local: Oportunidades proporcionadas pela atual conjuntura	16
Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030	17
Conferência Habitat III	19
O Plano de Ação de Sendai para a Redução do Risco de O Plano de Ação 2015-2030	22
Alterações climáticas e redução do risco de catástrofes	23
3. O envolvimento da OIT com as autoridades locais	26
O trabalho da OIT com cidades e autoridades locais	26
Projetos de cooperação técnica da OIT que envolvem as autoridades locais	27
4. Cooperação entre cidades: Fomentar a inovação e a capacidade local através de intercâmbios de aprendizagem entre pares no âmbito da CSST	46
O Memorando de Entendimento entre a OIT e a CGLU	46
Maputo, Moçambique, novembro de 2012	48
Lleida, Espanha, junho de 2013	49
Xexuão, Marrocos, setembro de 2014	49
Pasto, Colômbia, janeiro de 2015	51
Borgou, Benim, fevereiro de 2015	51
5. Desenvolver e promover as Agendas para o Trabalho Decente locais através da cooperação entre cidades e da cooperação Sul-Sul e triangular	52
Medidas práticas para adaptar a Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local	53
Criar uma parceria de sucesso entre pares	58
Conclusão	60
Recursos úteis	62

Prefácio

Atualmente, as cidades e as autoridades locais e regionais desempenham um papel pioneiro nos esforços de desenvolvimento. Além de serem motores de mudança, criam condições propícias à promoção do desenvolvimento econômico local (DEL). Graças ao seu profundo conhecimento e entendimento dos desafios, das preocupações e das oportunidades com que as suas comunidades se deparam, as autoridades locais desempenham um papel central na construção de processos de decisão inclusivos e participativos, que asseguram o bem estar dos cidadãos.

O trabalho da OIT assenta-se na visão de que os intervenientes locais dão um importante contributo para a criação de emprego, a proteção social e a proteção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho. Nessa perspetiva, e a fim de adaptar a Agenda para o Trabalho Decente (ATD) ao contexto local, a OIT celebrou, em 2012, um acordo de cooperação com a organização mundial “Cidades e Governos Locais Unidos” (CGLU). Trabalhando em conjunto, as duas organizações procuram melhorar as capacidades dos intervenientes locais através da cooperação Sul-Sul e da cooperação entre cidades, bem como de projetos que visam a criação de emprego, o desenvolvimento econômico local e a formalização do setor informal. São igualmente desenvolvidas atividades de intercâmbio entre pares, que ajudam a reforçar a capacidade das autoridades locais para definir políticas, planejar desenvolvimento e executar estratégias de forma eficaz.

A cooperação entre cidades, no contexto da cooperação Sul-Sul e triangular (CSST), proporciona às cidades um meio inovador de criarem soluções locais para problemas que, muitas vezes, assumem uma dimensão global, e permite que as autoridades locais atuem como motores da mudança nas suas comunidades.

As autoridades locais também desempenham um papel ativo na agenda internacional para o desenvolvimento, na medida em que implementam estratégias de sensibilização que visam a influenciar as políticas e têm um papel fundamental na aplicação de decisões adotadas a nível internacional –as quais afetam diretamente as suas comunidades. A atual conjuntura – nomeadamente a implementação dos recém-adotados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes e o processo de preparação para a Conferência Habitat III em outubro de 2016 – proporciona oportunidades únicas para o envolvimento das autoridades locais. Não serão apenas partes interessadas nos esforços envidados para concretizar objetivos de desenvolvimento acordados no plano internacional e assegurar-lhes progresso contínuo, como serão também um ator fundamental na integração da Agenda para o Trabalho Decente ao nível local. Grande parte do trabalho realizado pela OIT em conjunto com as autoridades locais no contexto de projetos de cooperação técnica visa a impulsionar o desenvolvimento econômico local e promover os objetivos de trabalho Decente, incluindo os princípios e

direitos fundamentais no trabalho, a criação de emprego, a proteção social e o diálogo social.

A OIT e a CGLU realizaram uma série de atividades conjuntas destinadas a melhorar as capacidades dos intervenientes locais através da cooperação Sul-Sul e da cooperação entre cidades. Estas abrangem atividades de aprendizagem entre pares, que reúnem homólogos de diferentes cidades, cada um com as suas perspetivas e experiências que contribuem para o enriquecimento mútuo, e que podem promover parcerias para enfrentar os desafios atuais e futuros.

A adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local exige o envolvimento de muitos intervenientes, nomeadamente redes internacionais de cidades, organizações de trabalhadores e de empregadores, organizações internacionais, instituições académicas, intervenientes locais no domínio social e parceiros para o desenvolvimento. É necessário intensificar as ações para promover os objetivos do trabalho Decente ao nível local. A cooperação entre cidades, num contexto de cooperação Sul-Sul e

triangular, proporciona uma plataforma produtiva para a identificação de desafios comuns e para a transferência prática de políticas, contribuindo igualmente para reforçar a capacidade dos municípios para alcançarem esses objetivos e promoverem o desenvolvimento económico local.

A fim de aproveitar as oportunidades históricas ao seu dispor, incluindo os recém-adotados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as autoridades locais devem estar em condições de desempenhar o seu papel essencial nos esforços envidados para alcançar tais objetivos. Neste contexto, esperamos que esta publicação ajude a reforçar a visibilidade das cidades e das autoridades locais e regionais enquanto motores de mudança, e encoraje uma colaboração eficaz entre as cidades no sentido de partilhar e promover o diversificado leque de estratégias e soluções eficazes, inclusivas e sustentáveis por elas propostas.

*Josep Roig, Secretário Geral (UCLG)
Virgilio Levaggi, Diretor,
Departamento de Parcerias e Apoio aos
Programas Exteriores (OIT)*



Agradecimentos

“Localizar a Agenda de Trabalho Decente através da CSST e a Cooperação Entre Cidades” foi coordenado por Pierre Martinot-Lagarde e é de autoria de Beth Friedemann Peoch. A publicação beneficiou-se da experiência dos seguintes colaboradores:

OIT: Anita Amorim, Roberto Di Meglio, Martin Gasser, Florencio Gudiño, Patty Villegas, Edmundo Werna, Sandra Yu. Foram igualmente recebidos os contributos de Thaís Faria, Stanley Gacek, Natanel Lopes do Escritório da OIT no Brasil.

UCLG: Sara Hoeflich, Lina Gast, Shubha Sinha, Renske Steenberg (VNG International), Sogen Moodley (MILE, Durban).



© OIT/M. Crozet



© G. Palazzo



© G. Palazzo



1 Adaptação da Agenda do Trabalho Decente ao contexto local enquanto plataforma do trabalho decente

As cidades e as vilas assumem-se, cada vez mais, como motores de mudança, desempenhando frequentemente um papel pioneiro na resposta aos desafios globais relacionados com a globalização, a expansão da urbanização, as alterações climáticas e o aumento das desigualdades. O desenvolvimento nacional depende consideravelmente de processos que ocorrem ao nível local; nesta matéria, a necessidade de adotar abordagens ao trabalho Decente adaptadas ao contexto local é cada vez mais importante. Uma vez que correspondem ao nível de administração mais próximo dos cidadãos que servem, as cidades e as autoridades locais e regionais (CALR) possuem um conhecimento e entendimento profundos dos desafios, das preocupações e das oportunidades com que as suas comunidades se deparam e podem desempenhar um papel de liderança no desenvolvimento económico e social, com vista a reduzir a pobreza e a melhorar o diálogo social. As CALR estão em condições de fomentar um ambiente de colaboração entre um diversificado leque de partes interessadas, assegurando uma abordagem participativa à tomada de decisões.

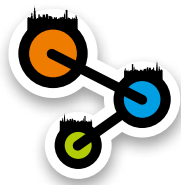
enda para o Trabalho to local: a CSST útil para a promoção pelas cidades

No contexto da globalização, o desenvolvimento local assumiu uma importância fundamental, porque o contexto local determina, em grande parte, o bem estar social e econômico da população. Neste aspecto, a cooperação e as iniciativas entre cidades são consideradas um importante meio de promover desenvolvimento econômico e social local (DEL) que contribua para o progresso humano. A sustentabilidade econômica é assegurada através do DEL e de uma abordagem “de baixo para cima” ao emprego. A cooperação entre cidades é frequentemente viabilizada e apoiada pela cooperação Sul-Sul e triangular (CSST).

Definição de cooperação entre cidades

A cooperação entre cidades é variada e assume diversas formas. Enquadra-se na cooperação descentralizada, em que diferentes modalidades de parcerias Sul-Sul e de parcerias de cooperação Sul-Sul e Triangular estão a contribuir para o reforço de formas de administração descentralizada. Há muitas décadas que as autoridades locais realizam intercâmbios conducentes a uma aprendizagem mútua e ao reforço das suas capacidades e eficácia, a fim de melhorarem o bem-estar das suas comunidades. Essa cooperação reúne diversos *stakeholders* com um vasto leque de domínios de intervenção. Cada vez mais reconhecida pela comunidade internacional de doadores como uma forma eficaz de cooperação para o desenvolvimento, a cooperação entre cidades contribui para reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento econômico local e criar oportunidades de emprego. Sendo estabelecida entre as autoridades locais e as respetivas comunidades, esta cooperação assume frequentemente natureza técnica, proporcionando um fórum de intercâmbio entre políticos e técnicos centrado no bem-estar dos cidadãos e não no lucro. A cooperação entre cidades posiciona-se entre as modalidades nacionais e internacionais de cooperação.

Fonte: Cidades e Governos Locais Unidos



A importância do Trabalho Decente

O trabalho decente é simultaneamente uma questão global universal e um objetivo chave a alcançar em nível local, exigindo uma cooperação eficaz entre os níveis local, nacional e internacional. Contudo, a implementação da Agenda para o Trabalho Decente depara-se com inúmeras dificuldades. Muitas regiões do mundo continuam a enfrentar enormes desafios, entre os quais o desemprego de jovens, o trabalho infantil, o trabalho forçado, a discriminação, a informalidade, a inexistência de direitos dos trabalhadores, a desigualdade de gênero e a proteção social inadequada. A procura de mais e melhores empregos é um denominador comum global para qualquer autoridade local, quer nos países em desenvolvimento, quer nos países desenvolvidos.

O trabalho decente aborda a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, na medida em que o emprego é uma ponte entre as pessoas e a sociedade, a economia e o ambiente. O desenvolvimento é impulsionado por empregos decentes, dado que estes dotam as pessoas, as famílias e as comunidades dos meios necessários para satisfazerem as suas necessidades e cumprirem as suas ambições em nível social e econômico, para melhorarem as suas vidas e para criarem escolhas e oportunidades. Quando os empregos escasseiam, há menos crescimento, menos segurança e menos desenvolvimento humano e econômico. A criação de empregos Decentes é determinante para a erradicação da pobreza e proporciona a base para uma transformação econômica equitativa, inclusiva e sustentável; é por este motivo que o trabalho Decente deveria ocupar um lugar central na agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento e ser integrado nos objetivos acordados ao nível internacional como meio de promover a justiça social, o respeito pelos direitos humanos, a dignidade do ser humano e o fim das desigualdades.

Evolução da CSST nos últimos anos

Embora a cooperação entre países em desenvolvimento exista desde a década de 1970, no contexto da cooperação para o desenvolvimento, só nos últimos dez ou quinze anos é que a cooperação Sul-Sul e triangular começou a ser verdadeiramente reconhecida como uma ferramenta de desenvolvimento eficaz. A importância e a relevância da CSST foi reconhecida e reiterada por várias conferências importantes das Nações Unidas (ONU), nomeadamente:

- A Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairobi, em dezembro de 2009, que apelou às organizações do sistema da ONU para reforçarem os seus esforços para responderem às expectativas dos Estados membros em relação ao apoio a essa cooperação.
- O Documento Final da Conferência de Nairobi,¹ aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2010, fornece a definição mais completa e abrangente de CSST no quadro do sistema da ONU. Uma vez que está integrada ao sistema da ONU, a OIT tem recorrido a esta definição específica de CSST, a qual foi adaptada, da seguinte forma, com base no seu próprio mandato: “A CSST compreende iniciativas no domínio social, econômico, ambiental, técnico e político e, nesta

1 <http://southsouthconference.org/wp-content/uploads/2010/01/GA-resolution-endorsed-Nairobi-Outcome-21-Dec-09.pdf>

perspetiva, pode revelar-se um instrumento útil para incentivar os parceiros sociais dos países em desenvolvimento a promoverem a Agenda para o Trabalho Decente através da cooperação para o desenvolvimento”.

- Em março de 2012, o Conselho de Administração (CA) do OI adotou uma estratégia de CSST intitulada “*Cooperação Sul-Sul e triangular: o caminho do futuro*”,² reafirmando que a CSST é fundamental para a integração da Agenda para o Trabalho Decente (ATD).³ Os indicadores foram adotados durante a sessão do CA que decorreu em novembro de 2012. A Índia, o Brasil e a África do Sul (IBAS) assinaram duas declarações conjuntas (2010 e 2012) para reafirmarem o seu compromisso com a CSST e a ATD, e foi criado um Grupo de Trabalho IBAS tripartite sobre o Trabalho Decente para promover intercâmbios no domínio do Trabalho Decente e iniciativas de cooperação Sul-Sul, bem como para fomentar o diálogo entre governos, trabalhadores e empregadores do IBAS. Em junho de 2012, a OIT e o Governo da China assinaram um acordo de parceria para promover a cooperação técnica, com especial incidência nas iniciativas Sul-Sul.
- O Comité de Alto Nível da Assembleia Geral sobre a Cooperação Sul-Sul realizada em maio de 2014⁴ reiterou a importância das ligações existentes entre a promoção deste tipo de cooperação horizontal entre os países em desenvolvimento e a Agenda para o Desenvolvimento Pós 2015.

Algumas reuniões de alto nível realizadas recentemente chamaram a atenção para o papel transformador que a CSST pode desempenhar em termos de concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, bem como para a necessidade de intensificar o apoio global à CSST a fim de explorar este potencial.⁵

A OIT tem participado ainda em vários projetos que envolvem acordos CSST, a fim de abordar questões como o trabalho infantil, a segurança social, os investimentos em atividades de emprego intensivo, os empregos verdes, o combate ao trabalho forçado, a promoção do emprego jovem, o alargamento das redes sociais e de solidariedade a países do Sul e o reforço da capacidade dos mandantes.

2 http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_172577.pdf

3 A *Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa* define quatro objetivos estratégicos: 1) Criar mais oportunidades de emprego e rendimento decentes para mulheres e homens; 2) Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; 3) Reforçar o tripartismo e o diálogo social; e, por último, 4) Promover e aplicar normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho. Estes quatro objetivos estratégicos são indissociáveis, interdependentes e apoiam-se mutuamente.

4 <http://ssc.undp.org/content/ssc/news/events/HLC18thSession.html>

5 Reunião de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular, Dacca, Bangladeche, maio de 2015; e Fórum Estratégico *Multistakeholder* de Alto Nível: «Scaling-up Global Support for South-South and Triangular Cooperation in the Context of the Post-2015 Development Agenda», agosto de 2015



A Iniciativa Regional «América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil»

A Iniciativa Regional constitui um compromisso assumido pelos países da região de acelerar o processo de eliminação do trabalho infantil, tendo sido estabelecido o objetivo de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016 e de eliminar completamente o trabalho infantil até 2020. A iniciativa representa um instrumento de cooperação inovador, que visa consolidar e dar continuidade aos progressos alcançados, assegurando o pleno exercício dos direitos das crianças e dos adolescentes na região. Reúne uma vasta e diversificada experiência de cooperação, nomeadamente ao nível regional, de cooperação Sul-Sul e de cooperação entre cidades, tendo em vista acelerar e intensificar a prevenção e a eliminação do trabalho infantil através do reforço da coordenação institucional dentro e entre os setores e os diferentes níveis de administração. Proporciona uma plataforma para o intercâmbio eficaz de boas práticas, lições e experiências relevantes no domínio do combate ao trabalho infantil nos países da região.

Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_IPEC_PUB_25235/lang-pt/index.htm.

Fomentar a cooperação entre cidades através de uma abordagem de cooperação Sul-Sul e triangular para promover a Agenda para o Trabalho Decente

A cooperação entre cidades é cada vez mais reconhecida pela comunidade internacional de doadores como uma forma de cooperação para o desenvolvimento. É um instrumento útil para implementar estratégias de DEL e de trabalho Decente, bem como para concretizar os objetivos de desenvolvimento em nível local. Esta forma de cooperação entre pares encontra-se em crescimento, incentivando as cidades a trabalharem em conjunto para dar resposta a questões de interesse comum e a trocarem conhecimentos com os seus pares, bem como a transferirem práticas bem-sucedidas para novos contextos.

A cooperação entre cidades tem sido cada vez mais associada à cooperação Sul-Sul e triangular (e dela tem retirado benefícios) como um meio inovador de desenvolver soluções locais para problemas que, muitas vezes, têm uma dimensão global.⁶ A CSST constitui um intercâmbio entre pares, permitindo a identificação de práticas inovadoras, e promove iniciativas de colaboração ao nível nacional, regional e inter-regional⁷ (ver os elementos chave desta prática na caixa 3).

6 Ver, por exemplo: OIT (2013) «A Cooperação Cidade Cidade, Sul-Sul e Triangular» http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222212.pdf

7 Ver, por exemplo: OIT (2014) «How-to Guide on South-South and Triangular Cooperation and Decent Work» http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_315233.pdf

As autoridades locais podem ser consideradas intervenientes fulcrais da CSST e da cooperação entre cidades, dado que são elas que estão em contacto direto com as necessidades dos cidadãos e que implementam as políticas públicas que mais os afetam. A CSST permite que os países do Sul e as cidades do Sul obtenham benefícios de experiências adquiridas em contextos semelhantes e, consequentemente, mais adaptadas à sua realidade.

As cidades desempenham um papel cada vez mais significativo nas políticas de trabalho e na promoção do trabalho Decente. No contexto da descentralização, muitas cidades do Sul encontram-se numa fase de mudança dinâmica. Muitos governos do Sul, seguindo o princípio da subsidiariedade – nos termos do qual as decisões são tomadas a um nível tão próximo dos cidadãos quanto possível –, estão a atrair investimento local através dos municípios para promover o desenvolvimento económico, a contratação pública e o emprego ao nível local. A experiência acumulada em nível local não tem apenas natureza técnica, sendo também política.

Recorrendo a uma abordagem CSST, as autoridades locais do Sul utilizam as parcerias estratégicas para partilharem conhecimentos, experiências e boas práticas. A CSST também apoia o desenvolvimento de capacidades e a transferência de tecnologia; essas parcerias e iniciativas ajudaram as CALR a reforçar as suas capacidades e a assegurar empregos Decentes à sua população. Na secção 4, são apresentados exemplos concretos da forma como a CSST tem apoiado as cidades e lhes tem proporcionado acesso ao reforço de capacidades, sendo igualmente descritos outros instrumentos que visam promover a adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local.

A capacidade de um país de atingir um elevado nível de crescimento e melhorar a qualidade de vida da sua população depende consideravelmente da capacidade e do potencial das respetivas autoridades locais para gerarem as condições necessárias à criação de empregos de qualidade, prestarem serviços e garantirem os direitos da população. A fim de explorar plenamente o potencial das cidades e das vilas enquanto motores do desenvolvimento económico – e para assegurar a sustentabilidade a longo prazo – é necessário promover a criação de emprego, a melhoria das condições de trabalho, o desenvolvimento das empresas e a adoção de políticas de trabalho favoráveis ao nível local.⁸

8 Ver, por exemplo: «A Multi-Sectoral Approach to Decent Work in the Urban Economy»: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_162876.pdf



CSST: Uma plataforma de apoio à cooperação entre cidades e à promoção da Agenda para o Trabalho Decente em nível local

A cooperação Sul-Sul complementa as tradicionais relações Norte Sul e incorpora a ideia de que, através de um espírito de solidariedade, os países em desenvolvimento podem encontrar soluções sustentáveis, e menos dispendiosas para os seus próprios problemas. A cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) tornou-se num instrumento essencial para incentivar os parceiros sociais dos países em desenvolvimento a promoverem a Agenda para o Trabalho Decente, abrangendo iniciativas no domínio social, económico, ambiental, técnico e político. A CSST permite que os países do Sul retirem benefícios de experiências adquiridas em contextos semelhantes e, consequentemente, mais adaptadas à sua realidade. Neste contexto, a OIT desempenha um papel importante não só como canal de apoio, mas também como uma via para maximizar os recursos financeiros, logísticos e técnicos necessários para estas parcerias.

Os princípios fundamentais da CSST resultam num maior compromisso e autoconfiança dos países envolvidos, o que, aliado ao facto de essa cooperação estar mais alinhada com as prioridades e as necessidades dos parceiros para o desenvolvimento, é crucial para garantir uma maior sustentabilidade do projeto e dos resultados do programa. As lições que retiram da experiência de outros países do Sul incentivam nos a desenvolverem as suas próprias soluções, a adaptá-las e a transmiti-las a outros países do Sul. Esta transmissibilidade é uma das vantagens da CSST em comparação com outras abordagens, na medida em que facilita a recolha de boas práticas suscetíveis de serem posteriormente adaptadas e aperfeiçoadas para implementação noutro país.⁹

9 Ver a entrevista do NGLS da ONU com Anita Amorim, responsável pela Unidade de Parcerias Emergentes-PARDEV, OIT, sobre a cooperação Sul-Sul e triangular e o seu papel na agenda para o desenvolvimento pós 2015, maio de 2014 (disponível em www.un-ngls.org).



Elementos da CSST:

- Partilha de conhecimentos e experiências, e transferência de formação e de tecnologia;
- Abrange iniciativas no domínio social, econômico, ambiental, técnico e político;
- Manifestação de solidariedade;
- Parceria igualitária baseada na solidariedade, na partilha de conhecimentos e experiências, e na transferência e formação de tecnologia;
- Tripartismo e construção de um consenso e de cooperação entre os intervenientes;
- Diálogo social;
- Interesse comum;
- Resulta de exigências socioeconômicas;
- Respeito pela autonomia, pelas peculiaridades e pelas prioridades nacionais;
- Natureza transversal das ações e dos objetivos; e
- Aprofundamento dos conhecimentos.

Fonte: Pereira Morais, L. 2014, Capítulo 4 «Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-Sul na América Latina e Caribe: contribuições para o desenvolvimento inclusivo e sustentável», in *Campinas 2014 Economia Social e Solidária: para um desenvolvimento inclusivo e sustentável*, Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, 2014, p. 97, disponível em <http://socialeconomy.ilo.org/pt/documentos-de-trabalho>.





Necessidade de abordagens “de baixo para cima” para promover o desenvolvimento internacional

Desde 2007, mais de metade da população mundial vive em cidades. Se a atual taxa de crescimento se mantiver, a população mundial deverá atingir 9,6 mil milhões de habitantes até 2050, e sete em cada dez pessoas viverão em cidades. Grande parte do crescimento urbano terá lugar nos países do Sul, que não estão tão bem equipados para responder à procura de habitação adequada, empregos decentes, infraestruturas e serviços urbanos básicos. Não é suficiente abordar o desenvolvimento no plano internacional ou nacional através de abordagens descendentes, sendo igualmente necessário adotar uma abordagem ascendente. Muitas vezes, é difícil incluir e analisar os desafios que os municípios enfrentam em diálogos pouco contextualizados ao nível nacional. As autoridades locais estão bem posicionadas para adaptarem políticas de desenvolvimento que tenham em consideração o contexto local – incluindo fatores económicos, sociais, políticos e culturais – bem como os pontos fortes e os recursos da região, a fim de satisfazer as suas necessidades e de assegurar a sustentabilidade a longo prazo de um desenvolvimento económico que beneficie a população local.

São necessários processos consultivos e colaborativos ao nível local para apoiar uma intervenção concertada dos parceiros na resposta aos desafios específicos que se colocam aos municípios e para implementar estratégias de reforço da capacidade económica de uma área local e de promoção do trabalho Decente. Uma abordagem integrada à promoção do DEL deveria contemplar a criação de emprego, a proteção social, condições de trabalho dignas, os direitos dos trabalhadores e o diálogo social. O diálogo social reúne diversos grupos de *stakeholders* – podendo abranger autoridades locais, empregadores e trabalhadores, bem como empresas e trabalhadores informais, sindicatos, comunidades locais e ONG, entre outros – que nem sempre têm a oportunidade de expor os seus problemas ao nível nacional.



« Quando tenham sido instituídas, as autoridades locais desempenham três funções gerais:

Dão voz, liderança e “visão estratégica” à sua comunidade;

Prestam ou organizam serviços públicos locais que são essenciais ao bem estar das pessoas;

Atuam como catalisadores e motores do processo de desenvolvimento local. »

Fonte: UCLG Policy Paper: Development Cooperation and Local Government, disponível em: http://issuu.com/uclgcglu/docs/eng_book_web



2 Adaptação da Agenda Decente ao contexto proporcionadas pela

As autoridades locais têm um papel ativo a desempenhar na agenda internacional para o desenvolvimento, na medida em que implementam estratégias internacionais de sensibilização que visam influenciar as políticas e têm um papel fundamental na aplicação de decisões adotadas a nível internacional – e que afetam diretamente as suas comunidades –, promovendo assim, na prática, a adaptação do desenvolvimento ao contexto local.

A atual conjuntura proporciona às autoridades locais uma série de oportunidades importantes e auspiciosas para promoverem a Agenda para o Trabalho Decente ao nível local através da CSST, e para contribuírem para a integração do trabalho Decente nos principais temas da agenda internacional, nomeadamente: a implementação do Plano de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes, adotado em março de 2015; os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados em setembro de 2015; a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, COP21, em dezembro de 2015, cujo objetivo é alcançar um acordo universal e juridicamente vinculativo sobre o clima; e a Nova Agenda Urbana, que será acordada durante a Conferência HabitatIII que decorrerá em Quito, Equador, em 2016.

Estes processos intergovernamentais identificaram as autoridades locais como partes interessadas (*stakeholders*) fundamentais, considerando que figuravam entre os principais atores em nível global e identificando as como o locus para a mudança através de políticas e intervenções. As autoridades locais enriquecem estes debates com as perspetivas das suas cidades e regiões, contribuindo assim para a formulação das políticas; desempenham igualmente um papel crucial nos esforços de concretização de objetivos internacionalmente acordados em matéria de desenvolvimento, redução da pobreza e acesso ao trabalho Decente. É fundamental contar com autoridades locais fortes, competentes e eficazes para assegurar um desenvolvimento económico que seja inclusivo e sustentável, e que proporcione o acesso a meios de subsistência decentes a todos os membros das suas comunidades.

As lições retiradas da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) revelam o papel decisivo que as autoridades locais desempenharam na definição, implementação e acompanhamento dos objetivos nas respetivas comunidades, o que contribuiu para fomentar uma apropriação, um compromisso e uma responsabilização mais alargados, produzindo resultados concretos no terreno.

Agenda para o Trabalho local: Oportunidades atual conjuntura

Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030

A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, em conjunto, resumem uma agenda transformadora para o desenvolvimento sustentável a implementar até 2030; a adaptação destes objetivos ao contexto local será determinante para a sua concretização. A CSST pode ser utilizada como um instrumento para promover a cooperação horizontal e intercâmbios entre os países através do desenvolvimento de capacidades, da transferência de conhecimentos, da partilha de experiências e boas práticas, e a cooperação inter-regional, bem como para apoiar a adaptação dos ODS ao contexto local através da cooperação entre cidades, na medida em que estejam relacionados com o desenvolvimento económico local e com os objetivos de trabalho decente.

Muitos dos ODS são relevantes para as autoridades locais e para a promoção do desenvolvimento económico local. De especial relevância é o Objetivo 8 relativo à promoção do «crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos». A meta 8.3 incentiva a promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem atividades produtivas e a criação de empregos decentes, enquanto a meta 8.5 apela à concretização do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todas as mulheres e homens, incluindo jovens





e pessoas com deficiência, até 2030. Outras metas incluem a redução da proporção de jovens que não têm emprego, não estudam e não frequentam ações de formação (8.6), e a adoção de medidas para erradicar o trabalho forçado e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2025 (8.7). O Objetivo 8.b apela ao desenvolvimento e à operacionalização de uma estratégia global para o emprego jovem e à implementação do Pacto Global para o Emprego da OIT. O Objetivo 11 é tornar as cidades e os estabelecimentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o que inclui a integração econômica e social entre áreas urbanas, periurbanas e rurais através do reforço do planeamento do desenvolvimento regional e nacional. As autoridades locais serão *stakeholders* vitais nos esforços de concretização destes objetivos.

Outros objetivos importantes para as autoridades locais são: o fim da pobreza (Objetivo 1); o fim da fome (Objetivo 2); vidas saudáveis (Objetivo 3); educação (Objetivo 4), com uma meta específica sobre o desenvolvimento das competências dos jovens e adultos, incluindo competências técnicas e profissionais, para efeitos de emprego, trabalho decente e empreendedorismo; igualdade de género (Objetivo 5), que apela implicitamente ao acesso das mulheres ao trabalho decente; empregos decentes no setor industrial e um aumento significativo da participação da indústria na criação de emprego (Objetivo 9); redução da desigualdade dentro dos países e entre eles (Objetivo 10); e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas (Objetivo 16), o que abrange a liberdade sindical. O preâmbulo do documento final reconhece as autoridades locais como parceiros na renovação e no planeamento das cidades, a fim de «fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal, e estimular a inovação e o emprego».

Dadas as interligações existentes entre os ODS e as prioridades de desenvolvimento económico local, as autoridades locais desempenharão um papel central na implementação dos ODS. A concretização do desenvolvimento sustentável inclusivo dependerá da coordenação entre as autoridades nacionais e locais, bem como do apoio político e financeiro prestado a estas últimas para que possam formular e executar as políticas necessárias.

Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais da CGLU para a Agenda Pós 2015 rumo à Conferência Habitat III

Em 2013, as organizações de governos locais e regionais lançaram uma Força-Tarefa Global (TFG), a fim de definir uma estratégia conjunta que contribuísse para os debates internacionais sobre a formulação de políticas no quadro da Agenda para o Desenvolvimento Pós 2015 e da Conferência Habitat III. A Taskforce Global visa debater questões chave da agenda internacional para o desenvolvimento segundo a perspetiva dos governos locais e regionais.

Estão disponíveis informações em: <http://www.gtf2016.org/>.

Conferência Habitat III

A 3.ª Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável visa revigorar o compromisso global para com uma urbanização sustentável e implementar uma «Nova Agenda Urbana», que contemple cidades e outros estabelecimentos urbanos bem planeados, bem governados e eficientes, com habitação adequada, infraestruturas e acesso universal ao emprego e a serviços básicos como água, energia e saneamento. O processo conducente à Conferência Habitat III centra-se em seis temas: igualdade e coesão social; estruturas urbanas, desenvolvimento espacial; economia urbana; ambiente e ecologia urbana; e moradia urbana e serviços básicos.



© Fotolia

A Conferência Habitat III da ONU está a reafirmar o papel desempenhado pelas autoridades locais na prossecução dos objetivos de trabalho decente enquanto mecanismo de promoção de um novo modelo de urbanização, baseado nos princípios da igualdade e da sustentabilidade. As autoridades locais desempenham igualmente um papel chave na Conferência Habitat III, uma vez que muitos dos seus objetivos dependem dos serviços locais e das políticas implementadas a nível local. O recurso à cooperação entre cidades para o intercâmbio de *know-how*, boas práticas e experiência prática em diversas áreas (por ex., educação, emprego, habitação etc.) pode ajudar as autoridades locais a darem um contributo significativo para um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. O acesso à proteção social e aos serviços sociais, incluindo transferências sociais e proteção na doença – associado à criação de trabalho decente – pode reduzir a vulnerabilidade da população pobre e excluída e promover cidades inclusivas;¹ pode igualmente responder a questões relacionadas com a economia urbana informal, em que muitos residentes são excluídos do acesso aos serviços públicos, dos mercados de trabalho formais e da proteção da segurança do Estado.²

No entanto, o sucesso da resposta dada pela comunidade internacional a estes desafios depende muito do grau de integração do desenvolvimento económico local e da Agenda para o Trabalho Decente na Nova Agenda Urbana.

- 1 Comunicação temática 1 – Cidades inclusivas:
<https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda/knowledge>
- 2 Comunicação temática 14 – Setor informal:
<https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda/knowledge>



Comunicações temáticas para a Conferência Habitat III

Foram elaboradas várias comunicações temáticas pela Task Team das Nações Unidas para a Conferência Habitat III, uma *força-tarefa* constituída por agências e programas da ONU, bem como por vários peritos e organizações relacionadas com diferentes temas, trabalhando em conjunto na elaboração de uma Nova Agenda Urbana no contexto dos Diálogos Urbanos. Algumas destas comunicações salientam o papel das autoridades locais na promoção de uma urbanização sustentável. Por exemplo:

Comunicação temática 6 – Governação urbana

«As associações de governos locais são parceiros chave na promoção do diálogo entre os governos locais e nacionais, reforçando uma abordagem de governação com vários níveis, identificando e comunicando estratégias eficazes aplicadas a nível local e estabelecendo uma cooperação horizontal entre os governos locais e regionais ao nível nacional e internacional». Esta comunicação também refere que a cooperação entre cidades, baseada na cooperação Norte Sul e Sul-Sul, é um dos principais motores da implementação da Agenda Urbana.

Comunicação temática 12 – Desenvolvimento económico local

A comunicação temática 12 reconhece que as novas responsabilidades das autoridades locais em termos de descentralização estão a aumentar, o que também significa que é urgentemente necessário desenvolver as competências e capacidades locais. A comunicação defende que as estratégias DEL podem ajudar os dirigentes das cidades a criarem as bases para um crescimento resiliente a longo prazo através do empoderamento dos intervenientes locais, do reforço das capacidades e da disponibilização dos instrumentos necessários para gerir melhor as cidades. Além disso, a comunicação reconhece que a cooperação descentralizada, as parcerias entre cidades e as parcerias a vários níveis podem aumentar significativamente o valor e a sustentabilidade das estratégias desenvolvidas.



Comunicação temática 13 – Emprego e meios de subsistência

A comunicação temática 13 salienta o facto de a criação de emprego ser fundamental para um desenvolvimento urbano sustentável. A comunicação refere que, embora se reconheça que a urbanização é uma importante força motriz, a política e o investimento urbano raramente são contemplados nas estratégias nacionais de desenvolvimento e nas políticas setoriais de transformação económica ou merecem apenas uma atenção marginal.

Comunicação temática 14 – Setor informal

As autoridades urbanas enfrentam vários desafios na gestão das economias informais urbanas. Entre os elementos chave da resposta aos desafios da informalidade contam-se o reforço da representação e da expressão dos trabalhadores da economia informal e a formalização para reduzir as vulnerabilidades e garantir o acesso a serviços fundamentais, uma regulamentação adequada, a fiscalização da aplicação das normas laborais e ambientais, o licenciamento e a tributação. Os domínios de intervenção específicos para promover a formalização incluem: a aquisição de conhecimentos sólidos sobre a economia informal numa determinada localidade através da recolha e análise de dados; a adoção de respostas adaptadas às circunstâncias; a priorização de soluções espaciais fundamentais; o planeamento da inclusão social; a criação de parcerias; e a reprodução de boas práticas.

As comunicações temáticas estão disponíveis em:
<https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda/knowledge>.





O Plano de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030

O Plano de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030³ – o estratégia internacional para a redução do risco de catástrofes, adotado no Japão, em março de 2015, – é o primeiro grande acordo da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, definindo sete metas e quatro prioridades de ação. Este plano visa à redução substancial do risco de catástrofes e de perdas em termos de vidas humanas, meios de subsistência e saúde, bem como dos recursos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas, das empresas, das comunidades e dos países.

Este acordo voluntário e não vinculativo reconhece que as autoridades locais podem desempenhar um papel crucial na redução do risco de catástrofes, especialmente ao nível da minimização dos riscos e da adaptação às ameaças, atuais e emergentes, que as suas cidades enfrentam.⁴ Embora as autoridades locais se situem no primeiro nível de resposta a uma catástrofe, muitas delas não possuem a capacidade financeira, institucional e técnica necessária para dar uma resposta cabal à situação, especialmente em zonas vulneráveis da Ásia Pacífico, de África e da América Latina.

Num cenário pós catástrofe, as autoridades locais desempenham um papel decisivo em termos de recuperação económica local, que abrange a recuperação do mercado de trabalho; a reabilitação da produção e dos serviços básicos; o restabelecimento da rede comercial local; e a promoção de condições favoráveis à reconstrução a longo prazo. Durante a fase pós crise, é necessário adotar medidas para reforçar a proteção social, tais como a criação de empregos temporários de emergência, programas «dinheiro por trabalho», etc. Além disso, é essencial que o investimento na recuperação seja favorável ao emprego, o que inclui a utilização de métodos de mão de obra intensiva, a aquisição de materiais locais e a contratação de trabalhadores locais. A secção 3 descreve estudos de caso respeitantes ao envolvimento da OIT com as comunidades locais em tais cenários.

Necessidade de uma abordagem à redução do risco de catástrofes baseada no trabalho decente

O objetivo do trabalho decente proporciona aos governos uma base sólida para estabelecerem e reforçarem o envolvimento dos parceiros sociais, das empresas e dos agentes do desenvolvimento económico local na redução do risco de catástrofes. A preparação coletiva e uma capacidade acrescida de resposta e recuperação são elementos fundamentais da resiliência em caso de catástrofe, exigindo a participação e a corresponsabilização dos intervenientes a todos os níveis da sociedade.

As estratégias implementadas devem contemplar medidas para assegurar empregos e meios de subsistência que permitam às pessoas viver com dignidade, bem como a criação e o alargamento de sistemas de proteção social. Este objetivo poderá ser alcançado através de uma melhor regulamentação, de parcerias inovadoras, de incentivos específicos e de mecanismos de cooperação com as comunidades locais, apoiados por políticas governamentais adequadas.⁵

3 <http://www.unisdr.org/we/coordinate/sendai-framework>

4 Comunicação temática 17- Cidades e Alterações Climáticas e Redução do Risco de Catástrofes: <https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda/knowledge>

5 http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/who-we-are/ilo-director-general/statements-and-speeches/WCMS_350871/lang-en/index.htm

Alterações climáticas e redução do risco de catástrofes

As zonas urbanas estão expostas aos impactos das alterações climáticas e a riscos de catástrofes, que afetam gravemente a saúde e o bem estar da população; é necessário um vasto envolvimento e participação de todos os *stakeholders* urbanos para assegurar a eficácia, a imputação de responsabilidades e a transparência na tomada de decisões, na implementação e nas intervenções. É urgentemente necessário intensificar o envolvimento das autoridades locais na elaboração e implementação das políticas climáticas, bem como fortalecer as parcerias para acelerar as intervenções locais e subnacionais no domínio do clima.

Através de iniciativas globais que contam com a participação de vários *stakeholders*, como, por exemplo, a Compact of Mayors, a campanha «Construindo cidades mais resilientes» da UNISDR, a Iniciativa da UIT sobre Cidades Inteligentes e Sustentáveis, o Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática, a parceria entre o PNUA e o HABITAT para cidades mais verdes, entre outras, as autoridades locais estão a aumentar a sensibilização e a elevar as ambições, promovendo causas e assumindo uma posição de liderança na ação climática e na redução do risco de catástrofes.⁶

O papel das autoridades locais na promoção de cidades saudáveis

A garantia de boas condições sanitárias no trabalho é um aspeto importante da redução da pobreza urbana, na medida em que os grupos mais pobres de trabalhadores urbanos são os mais afetados por problemas de saúde relacionados com o trabalho e por riscos ambientais, dado estarem menos protegidos. Muitos trabalhadores – incluindo coletores de resíduos sólidos, operários da construção civil, trabalhadores domésticos, vendedores ambulantes e trabalhadores agrícolas, entre outros – enfrentam inúmeros problemas relacionados com saúde e segurança, nomeadamente doenças, acidentes, deficiências, aposentação prematura e morte prematura. Estes fatores podem afetar gravemente os seus meios de subsistência, e muitos desses trabalhadores não têm acesso a cuidados de saúde adequados, a proteção em caso de acidente, na doença e na velhice e a outros tipos de proteção social.

As autoridades locais e outros intervenientes têm um importante papel a desempenhar, apoiando as organizações de trabalhadores, reconhecendo a importância do seu trabalho e divulgando publicamente o seu trabalho e o seu contributo para a sociedade. Estes esforços resultaram numa melhoria das condições de saúde e segurança.

Fonte: Comaru, F. e Werna, E. «The health of workers in selected sectors of the urban economy: Challenges and perspectives», Departamento de Atividades Setoriais da OIT, Documento de trabalho n.º 228, 2013, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_208090.pdf.

6 Comunicação temática 17 – Cidades e Alterações Climáticas e a Gestão do Risco de Catástrofes: <https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda/knowledge>



Um novo regime climático global

A 21.ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), que terá lugar em Paris em dezembro de 2015, proporciona uma oportunidade crucial para chegar a um acordo universal juridicamente vinculativo sobre o clima, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C. A concretização deste objetivo exige a sensibilização e a mobilização de diversos intervenientes, a nível local, nacional e internacional.

Atualmente, as alterações climáticas e a degradação ambiental colocam desafios significativos ao crescimento económico e ao emprego. No entanto, se for corretamente gerida, a resposta às alterações climáticas pode gerar mais e melhores empregos, proporcionando a oportunidade de tornar as cidades mais sustentáveis e mais resilientes às alterações climáticas através de empregos verdes e trabalho decente.⁷

Os empregos verdes da OIT e o clima

Em 2009, a OIT lançou o Programa Global Empregos Verdes⁸, com vista a promover a oportunidade, a equidade e uma transição justa para uma economia verde e um crescimento inclusivo no mundo do trabalho. O programa incentiva os governos, os empregadores e os trabalhadores a colaborarem na criação de políticas coerentes e de programas eficazes, que resultarão no acesso universal a um trabalho decente numa economia mais verde.

O Programa Empregos Verdes para a Ásia e o Pacífico colabora atualmente com mandantes da OIT no Bangladesh, Fiji, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, Nepal, Sri Lanka e Tailândia.⁹ O programa é implementado através de projetos de cooperação técnica apoiados por várias agências doadoras e pela OIT.

A concretização dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Nova Agenda Urbana, do Plano de Ação de Sendai e da ação no domínio das alterações climáticas exigirá a implementação de estratégias sociais, económicas e ambientais integradas ao nível local. Além disso, será essencial assegurar a coerência e a sinergia entre estas plataformas de ação.

7 Ver <http://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/areas-of-work/climate-change/lang-en/index.htm>. Ver também: «Decent Jobs in a Safe Climate»: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_374304.pdf

8 <http://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/lang-en/index.htm>

9 <http://www.ilo.org/asia/areas/green-jobs/lang-en/index.htm>



Adaptação da agenda para o Irã e a presença do centro de dados local. Oportunidades proporcionadas pela atual conjuntura



3

O envolvimento as autoridades

O trabalho da OIT com cidades e autoridades locais

Há muitos anos que a OIT trabalha ativamente com cidades e autoridades locais e regionais da Ásia, da América Latina, da Europa Central e Oriental e do Médio Oriente, tendo em vista a sua participação em projetos de cooperação técnica centrados no desenvolvimento econômico local e na promoção de estratégias de trabalho decente. Muitas vezes, as autoridades locais são as principais responsáveis pela execução dos projetos; alguns deles possuíam uma componente de cooperação entre cidades, frequentemente enquadrada na cooperação Sul-Sul e triangular. Muitos dos programas foram implementados na Ásia, em África e na América Latina. Em alguns casos, a OIT trabalhou em colaboração com outras agências das Nações Unidas, tais como o PNUD, o HABITAT e o PNUA, entre outros.

Entre junho e agosto de 2014, o Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores (PARDEV) da OIT realizou um estudo interno sobre a colaboração da OIT com autoridades locais em projetos que contaram com a participação de CARL e que foram implementados a nível local. O estudo revelou que, entre 2000 e 2018, vários departamentos da OIT participaram em projetos que envolviam as autoridades locais, tendo sido desenvolvidos mais de 70 projetos, incluindo 36 projetos de cooperação técnica na Ásia, 25 em África e 13 na região da América Latina e das Caribe. O número de projetos de cooperação técnica tem aumentado de ano para ano; em 2000 eram apenas 3 e, em 2014, eram 18.



da OIT com locais

Os principais temas tratados nestas três regiões incluem o desenvolvimento econômico e local, o trabalho infantil, o emprego jovem, a promoção das pequenas empresas, a proteção social, os empregos verdes, melhor trabalho e a economia informal. O envolvimento dos escritórios locais, sub-regionais e regionais da OIT nestes projetos foi significativo.

Projetos de cooperação técnica da OIT que envolvem as autoridades locais

Há mais de 15 anos que a OIT implementa programas ao nível local com o envolvimento direto das autoridades e dos *stakeholders* locais. Esta colaboração entre a OIT e as autoridades locais tem ajudado as cidades, as vilas e as zonas rurais a adotarem abordagens ao trabalho decente que têm em conta o contexto local e a alcançarem outros objetivos de desenvolvimento. Seguidamente, são apresentados breves estudos de caso sobre iniciativas de colaboração entre a OIT e cidades e autoridades locais, que ajudaram a integrar a Agenda para o Trabalho decente ao nível local; esta apresentação está dividida em quatro partes, correspondentes aos seus quatro pilares: princípios e direitos fundamentais no trabalho; criação de emprego; proteção social; e diálogo social.





1) Garantir os princípios e direitos fundamentais no trabalho

Workshop de formação da OIT sobre o trabalho decente na criação de infraestruturas com implicações para o desenvolvimento econômico local, em parceria com o HABITAT, Kiambu, Quênia (2015-2016)

Realizado no âmbito de um projeto conjunto da OIT/HABITAT em Kiambu, este *workshop* visava um conjunto prático de atividades locais e tinha por objetivo reforçar a capacidade das autoridades locais no contexto da Agenda para o Trabalho decente, a fim de as ajudar a integrar a ATD em atividades relacionadas com infraestruturas e outros elementos das áreas edificadas, incluindo os transportes, a recolha de resíduos sólidos, sistemas de tratamento de resíduos e a construção de aterros sanitários. Os principais beneficiários foram as autoridades



© G. Palazzo

locais de Kiambu, responsáveis técnicos e um grupo de jovens envolvidos em atividades relacionadas com a construção. As atividades chave incidiram sobre a criação de emprego em infraestruturas para os jovens; a promoção do trabalho decente na construção de infraestruturas no contexto do desenvolvimento econômico local; o trabalho decente na componente de infraestruturas da gestão de resíduos; e a melhor forma de utilizar as receitas em infraestruturas, em conjunto com a Agenda para o Trabalho decente. Os principais resultados do *workshop* incluíram o reforço da capacidade dos líderes e responsáveis técnicos para tomarem em consideração a ATD na sua abordagem às atividades relacionadas com a construção, o empoderamento e sensibilização da comunidade e um ambiente limpo e saudável.

Promover o respeito pelos direitos laborais dos trabalhadores informais na Costa Rica, em El Salvador e nas Honduras – a integração de municípios em estratégias de trabalho decente (2012)



© G. Palazzo

O principal objetivo deste projeto era melhorar e facilitar o acesso dos trabalhadores da economia informal à proteção social e à formalização, bem como dotar as instituições governamentais de instrumentos para assegurar um trabalho decente a todos os trabalhadores. Os principais beneficiários incluíram os trabalhadores informais, as autoridades locais e os *stakeholders* no setor empresarial e sindical. As atividades chave envolveram

diálogo social através de mesas redondas tripartidas municipais; atividades de produção de conhecimentos e sensibilização para todos os *stakeholders*; e reforço das capacidades,

incluindo a melhoria da capacidade organizacional e formação para empresários, que contemplava uma perspectiva de género. Os principais resultados incluíram o reforço da capacidade das autoridades locais para responderem às necessidades dos trabalhadores informais, bem como a melhoria das relações entre as autoridades e esses trabalhadores; planos de ação elaborados em conjunto pelos municípios e pelos setores dos empregadores e dos trabalhadores; a capacidade dos trabalhadores informais de aplicarem os novos conhecimentos e de partilharem a sua experiência e os seus conhecimentos com outros; e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas entre três municípios e outros (seminários sub regionais). A iniciativa está a ser reproduzida nos municípios de San Salvador (El Salvador), San Pedro Sula (Honduras) e San Jose (Costa Rica), em virtude da extensão do projeto à sua segunda fase. Cada município adaptará a metodologia à sua própria realidade através de estudos de referência. Estão disponíveis mais informações em:

<http://www.ilo.org/sanjose/programas-y-proyectos/sector-informal/lang-es/index.htm>.

Trabalho decente no Campeonato Mundial de Futebol de 2014 no Brasil e futuros megaeventos desportivos (2013-em curso)



O principal objetivo desta iniciativa da OIT consistia em promover o trabalho decente no Campeonato Mundial de Futebol de 2014 no Brasil ao longo de todas as suas fases (desde a construção dos estádios até ao próprio evento) e fornecer um modelo para a promoção do trabalho decente em futuros megaeventos desportivos (MED) ou outros megaeventos. Os principais beneficiários da iniciativa foram os trabalhadores vulneráveis, incluindo os trabalhadores migrantes; as organizações de trabalhadores; os sindicatos; e as organizações de empregadores. As pessoas vulneráveis a formas inaceitáveis de trabalho, tais como o trabalho infantil e a exploração sexual para fins comerciais, também beneficiaram com a iniciativa. Foram visados quatro setores: a construção, o turismo, o comércio e os têxteis. No âmbito desta iniciativa da OIT, foram realizadas atividades chave com base em três pilares: reforço do

diálogo social com a participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo (local e nacional); atividades de desenvolvimento das capacidades para a promoção do trabalho decente; e apoio à inspeção do trabalho. Os principais resultados incluíram o fomento e a construção de um compromisso para com o trabalho decente em todos os aspetos dos MED (construção, patrocinadores, entidades licenciadas, trabalhadores durante o evento, etc.); medidas reforçadas para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores; promoção do respeito pelos direitos dos trabalhadores de se associarem e de se inscreverem no sindicato da sua escolha; pagamento integral e pontual dos salários, etc. A iniciativa da OIT apoiou a assinatura de dois compromissos nacionais e de seis compromissos locais, tendo ainda resultado no estabelecimento de «Pactos» de Trabalho Decente por, pelo menos, oito cidades. A iniciativa levada a cabo no Brasil gerou um modelo de intervenção que foi implementado no contexto dos preparativos para o Carnaval de Salvador 2015 e para os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.



A OIT está a preparar um manual intitulado «Promoção do trabalho decente durante megaeventos desportivos», a fim de apoiar outros interessados na implementação do modelo.

Eliminação das piores formas de trabalho infantil na atividade agrícola sazonal de colheita da avelãna Turquia (2012-2017)



© Foto OIT

O principal objetivo do projeto consiste em contribuir para a eliminação das piores formas de trabalho infantil (PFTI) na atividade agrícola sazonal de colheita da avelã em Ordu, na Turquia. O projeto está a ser executado em conjunto pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social da Turquia e pela OIT, no âmbito do Plano Nacional de Programas e Políticas de Duração Determinada (PNPPDD) da Turquia, que visa eliminar as piores formas

de trabalho infantil até 2015. Inicialmente, o projeto foi apoiado através da cooperação entre o Governo dos Países Baixos e a OIT; em junho de 2014, a OIT e a Associação das Indústrias de Chocolate, Bolachas e Confeitaria da Europa (CAOBISCO) assinaram um acordo de parceria público privada (PPP) para prolongar o projeto por mais um ano. Os principais beneficiários são crianças trabalhadoras expostas às PFTI, crianças em risco de exposição e famílias de agricultores agrícolas sazonais. As atividades chave incluem o reforço das capacidades das autoridades locais e das instituições públicas em termos de planeamento, gestão, coordenação, acompanhamento e execução de atividades que visam a eliminação das PFTI; a criação de um mecanismo eficaz de prevenção e retirada para as PFTI na atividade agrícola sazonal de produção de avelãs e a implementação do mecanismo ao nível local; e uma estratégia de sensibilização dirigida ao público em geral, às famílias, aos empregadores e a outros intermediários. Os principais resultados incluem um modelo de intervenção estratégica que reforce as capacidades locais e nacionais, que apoie diretamente as crianças e as famílias, e que sensibilize em conformidade com o QNPPDD. O projeto também contribuiu para o reforço das capacidades de governação local e das instituições democráticas, tendo igualmente melhorado a capacidade para impor o respeito pelo Estado de direito. Será ainda desenvolvido um mecanismo de acompanhamento do trabalho infantil na agricultura sazonal. Além de Ordu, a nova fase irá abranger as províncias de Sakarya, Düzce e Sanliurfa durante o período de 2015-2017.¹

¹ Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/ankara/projects/WCMS_373426/lang--en/index.htm. Ver também: http://www.ilo.org/pardev/news/WCMS_247466/lang--en/index.htm

Indonésia: Combate ao trabalho perigoso realizado por crianças na pesca em plataforma (jermal) na Sumatra do Norte (distrito de Langkat, Deli Serdang, Simalungun, Asahan e Labuhan Batu) (1999 – 2004, com atividades de acompanhamento em 2004 2009)

As crianças que trabalham na pesca em plataforma estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil (PFTI), na medida em que se encontram expostas a acidentes fatais e que representam perigo de vida, a afogamento e a violência. Os principais objetivos do projeto realizado na Sumatra do Norte consistiam em reforçar a capacidade das agências e organizações ao nível nacional e comunitário para planearem, lançarem, implementarem e avaliarem medidas destinadas a prevenir



© Sovannara

e progressivamente eliminar o trabalho infantil; retirar todas as crianças envolvidas no perigoso trabalho de pesca em plataforma; e melhorar a capacidade de obtenção de rendimentos dos membros adultos das famílias, sobretudo das mulheres, através de regimes de proteção social. Os principais beneficiários foram as crianças que trabalhavam na pesca em plataforma, as crianças em risco de serem recrutadas e as respetivas famílias. As atividades chave incluíram atividades de sensibilização sobre os direitos das crianças e práticas nocivas nas comunidades afetadas; reforço da capacidade e formação dos *stakeholders* relevantes para que pudessem dar uma resposta mais eficaz aos problemas relacionados com o trabalho infantil; diálogo social para assegurar a apropriação do projeto; atividades de acompanhamento realizadas pelas autoridades locais, pelos serviços de inspeção do trabalho, por ONG e por outros parceiros; regimes de proteção social para as mulheres chefes de família através da prestação de serviços de base comunitária, do apoio aos meios de subsistência e do microfinanciamento. Os principais resultados incluíram a diminuição do número de crianças que realizavam trabalhos perigosos; a prevenção do recrutamento das crianças em risco de se sujeitarem a trabalhos perigosos; a mudança de atitudes e comportamentos ao nível comunitário através de atividades de sensibilização; capacidade reforçada e parcerias mais fortes entre os organismos governamentais relevantes, as organizações de trabalhadores e de empregadores, as ONG, a comunidade local, as crianças trabalhadoras e as respetivas famílias; um acompanhamento eficaz do trabalho infantil pelos parceiros locais. O projeto foi reproduzido em mais dez distritos/municípios da província da Sumatra do Norte.²

² Estão disponíveis mais informações em:

http://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS_IPEC_PUB_23100/lang-en/index.htm



2) Criação de emprego e empresas sustentáveis

Promoção do turismo de interior e de empregos decentes sustentáveis em Quang Nam, Vietname (2011-2013)



© OIT/Deloche

O principal objetivo deste projeto consistia em contribuir para um desenvolvimento favorável aos pobres, favorável ao emprego e sensível às questões de gênero em Quang Nam, no Vietname, através da criação de empregos decentes no setor do turismo em zonas rurais. Os principais beneficiários foram os habitantes das zonas do interior e os comerciantes/pequenos e médios empresários do setor da hotelaria e restauração. As atividades chave incluíram

a formação qualificante para os habitantes locais (por ex., guias turísticos, indústria das viagens e serviços de hotelaria e restauração) e o apoio ao desenvolvimento de produtos e construção de marcas locais (brocados, etc.). O projeto permitiu compreender as necessidades dos beneficiários alvo e reforçar a capacidade para assegurar a sua participação ativa, bem como para conceber e implementar intervenções adequadas; procurou igualmente garantir a reprodutibilidade e a sustentabilidade da abordagem. Os principais resultados incluíram o crescimento económico e a redução da pobreza ao nível provincial através da criação de meios de subsistência assentes no turismo comunitário. Foi elaborado um manual de funcionamento e manutenção das infraestruturas de base comunitária, a fim de reforçar o papel desempenhado pela comunidade na melhoria da eficácia, no empoderamento dos habitantes e das autoridades locais em matéria de tomada de decisões, planeamento do investimento, mobilização de recursos para a implementação, etc.³

Construir pontes com papaia: Empoderamento local através do desenvolvimento económico, Sri Lanca (2011-2012)

O principal objetivo do projeto «Empoderamento Local através do Desenvolvimento Económico» consistia em estimular o crescimento económico local e a recuperação dos meios de subsistência, ajudando os pequenos produtores a organizarem-se e a reforçarem a sua capacidade através da criação de uma cooperativa. A principal beneficiária foi uma comunidade agrícola recentemente realojada na região pós conflito do norte do Sri Lanca. As atividades chave incluíram a identificação de lacunas e diferenças culturais entre as comunidades do norte e do sul do Sri Lanca; o desenvolvimento de um entendimento comum entre os participantes e o apoio ao diálogo; a compreensão das condições de comércio entre as empresas e os produtores e as estruturas de poder do norte e do sul para estabelecer um diálogo inter regional; a criação de parcerias entre instituições e pessoas oriundas de diversos meios para criar ligações equitativas com os mercados, melhorar os meios de subsistência e construir pontes entre comunidades

³ Estão disponíveis mais informações em:
http://www.ilo.org/hanoi/Whatwedo/Projects/WCMS_205824/lang--en/index.htm

dísparos. Os principais resultados incluíram o reforço das capacidades das organizações de produtores e das micro, pequenas e médias empresas (MPME) do norte, a fim de tornar mais competitivas com as empresas do sul do Sri Lanka, bem como a proteção social das mulheres, uma vez que o projeto abrangia agricultoras, muitas das quais eram viúvas, que passaram a estar ligadas entre si através da cooperativa que foi criada. Esta iniciativa foi reproduzida por outros grupos de agricultores.⁴



© OIT/Perera

Alternativas à migração: Empregos decentes para os jovens filipinos (2009-2012)

O principal objetivo do projeto «Empregos decentes para os jovens filipinos» – financiado pelo Governo de Espanha, em parceria com a OIT e as agências da equipa nacional das Nações Unidas UNICEF, FNUAP e OIM – era o reforço da coerência ao nível das políticas, a fim de melhorar a situação de emprego dos jovens e de lhes oferecer alternativas à migração. Os principais beneficiários do projeto foram os jovens filipinos desfavorecidos das províncias de Antique, Masbate, Agusan del Sur e Maguindanao. O projeto procurou chegar a, pelo menos, 10 000 destes jovens. As atividades chave incluíram a formação de 88 representantes do governo local de quatro províncias piloto sobre desenvolvimento econômico local, com vista a criar ou fortalecer a respetiva equipa DEL, redigir documentos programáticos para a legislação local, e incorporar programas e projetos sobre o emprego jovem nos planos locais; a formação de 88 parceiros locais sobre o programa SIYB (Comece e Desenvolva o seu Negócio), com vista a ministrar formação em empreendedorismo aos jovens desfavorecidos; e a elaboração de acordos de parceria para prestar formação em contexto de trabalho, serviços pós formação e oportunidades de emprego aos jovens desfavorecidos que frequentam ações de formação técnico



© Foto OIT

profissional e sobre empreendedorismo. Os principais resultados incluíram maior coerência e melhor implementação das políticas sobre migração e emprego jovem através da plena participação dos *stakeholders*; maior acesso de jovens de ambos os sexos a um trabalho decente; e acesso a educação básica, competências para a vida e orientação profissional mais inclusivas.⁵

4 Estão disponíveis mais informações em: <http://www.ledknowledge.org//UserFiles/UserAdmin/File/Document-Blog/Aci%20case%20study%20Sri%20Lanka.pdf>

5 Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-manila/documents/article/wcms_192037.pdf



Modernização de um estabelecimento urbano não planejado: Hanna Nassif, Dar es Salaam, Tanzânia (fase inicial 2000, segunda fase em 2004)



© OIT/M. Crozet

O principal objetivo deste projeto impulsionado pela procura consistia em aumentar as oportunidades de emprego das famílias vulneráveis e melhorar as condições de vida e de trabalho da população urbana pobre através da prestação de serviços por empresas de base comunitária e por outras empresas de pequena escala (abastecimento de água potável e infraestruturas de esgotos na comunidade numa fase inicial, seguindo-se serviços relativos a resíduos sólidos na segunda fase). Os principais beneficiários foram os habitantes da comunidade de baixo rendimento de Hanna Nassif, na Tanzânia, e envolveu parcerias com a autoridade local, bem como múltiplas relações entre autoridades locais, líderes eleitos, empresas, trabalhadores de recolha e de separação dos resíduos sólidos, famílias e comerciantes locais. As atividades chave incluíram contratação pela comunidade e autogestão (incluindo planeamento e

acompanhamento) do projeto, com o apoio da equipa de assistência técnica destacada pela câmara municipal. O principal resultado foi uma abordagem aos sistemas municipais de prestação de serviços favorável aos pobres, que assegurou a criação de emprego, a proteção social e a representação adequada de mulheres e homens pobres, e melhorou igualmente o ambiente urbano. Dada a relevância e a eficácia da abordagem, muitos outros municípios da Tanzânia procuraram reproduzir o projeto, e algumas autoridades locais do Quênia e do Uganda também manifestaram o seu interesse. Em resposta a esta procura, a OIT lançou um programa de apoio técnico para reforçar a promoção do emprego na prestação de serviços municipais na África Oriental.⁶

Resposta da OIT ao terramoto e ao tsunami no Chile: “Reconstrução com emprego” (2010)



© BIT/J. Maillard

Em fevereiro de 2010, o Chile foi atingido por um dos maiores terremotos e tsunamis de sempre, que afetou uma parte significativa do país e teve um forte impacto nas condições de vida dos cidadãos, nas infraestruturas públicas e privadas, na atividade econômica e no emprego. O principal objetivo do projeto consistia em prestar apoio ao Governo do Chile no domínio da reconstrução e da criação de emprego. Os principais beneficiários foram

as regiões de Libertador Bernardo O’Higgins, Maule, Bio Bio e Araucania, abrangendo 41 municípios. Um inquérito realizado nestes municípios abrangeu 4 150 micro, pequenas, médias e grandes empresas. Foram realizadas entrevistas com 300 *stakeholders* locais. As atividades chave incluíram iniciativas de reforço das capacidades; esforços de

6 Estão disponíveis mais informações em: <http://www.ilo.org/emppolicy/countries/tanzania/lang-en/index.htm> and http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_policy/@invest/documents/projectdocumentation/wcms_asist_8263.pdf

reconstrução; e acompanhamento e avaliação. Estas atividades foram acompanhadas por um diálogo social tripartido, que foi utilizado como mecanismo de avaliação, conceção e implementação das políticas e dos programas públicos associados ao processo de reconstrução. Os principais resultados foram a mobilização oportuna de diferentes *stakeholders* e a facilitação dos processos de diálogo social; a apresentação oportuna de recomendações sobre a proteção do emprego e a recuperação das capacidades produtivas, especialmente em termos de infraestruturas danificadas e da economia informal; e o reforço da capacidade para minimizar o impacto de futuras catástrofes naturais.⁷

Cadeias de valor na horticultura no Alto Egito: fomentar a segurança econômica (2013-2016)

O principal objetivo do projeto Hayat consiste em reforçar a segurança econômica em cinco aldeias mãe do Alto Egito (distritos de Edwa e Maghagha na província de Minya) através da criação de melhores oportunidades de emprego e do aumento da empregabilidade da mão de obra local. Um objetivo concreto é a melhoria da segurança humana das famílias vulneráveis, dos jovens entre os 18 e os 30 anos, das mulheres e das crianças em comunidades alvo, através de um



© BIT/J. Maillard

desenvolvimento socioeconômico inclusivo favorável aos pobres. O projeto é uma iniciativa conjunta da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), da OIT, da ONU Mulheres, do HABITAT e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), e do homólogo do Governo egípcio, o Ministério do Desenvolvimento Local. Os principais beneficiários são os jovens das zonas alvo, as ONG locais e a comunidade em geral. As atividades chave incluem a criação de fóruns locais para assegurar a participação de todos os segmentos da sociedade e da economia; aumento da empregabilidade e desenvolvimento das competências dos jovens através do aproveitamento dos recursos locais disponíveis. Os principais resultados deverão ser o reforço da segurança econômica nas comunidades alvo; a utilização das oportunidades de criação de emprego existentes ao nível local e modernização dos meios de subsistência, bem como a exploração de novas oportunidades de forma participativa; o reforço da segurança comunitária e da segurança pessoal através de atividades destinadas a desenvolver o capital social das comunidades e a melhorar a coesão e a inclusão.⁸

7 Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-santiago/documents/genericdocument/wcms_187220.pdf

8 Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/addisababa/technical-cooperation/WCMS_329952/lang--en/index.htm



3) Proteção social

Ilhas Salomão: «Dinheiro por trabalho» contribui para a recuperação de catástrofes naturais (2013 2014)



O principal objetivo do projeto «Dinheiro por Trabalho» implementado nas Ilhas Salomão consistia em dar às comunidades afetadas por catástrofes a oportunidade de ganharem dinheiro, em condições de trabalho dignas, em troca da participação na limpeza e reconstrução das infraestruturas públicas e dos equipamentos comuns. Os principais beneficiários foram as comunidades locais de zonas afetadas por catástrofes. As atividades chave incluíram a identificação de

comunidades alvo com autoridades locais; orientação destinada aos líderes das comunidades e a potenciais trabalhadores sobre o funcionamento do programa; a celebração de um acordo para a realização de trabalho; a aquisição e entrega de ferramentas aos trabalhadores; implementação e acompanhamento dos trabalhos de limpeza e reparação; e *follow-up* e apoio, incluindo inspeção do trabalho. Foi decidido que metade dos trabalhadores seriam mulheres. Os principais resultados incluíram a reparação e limpeza de casas, poços, instalações de abastecimento de água, de saneamento e higiene e edifícios comunitários; a replantação de culturas alimentares; a injeção de dinheiro sob a forma de salários e ferramentas na economia local; e motivação dos membros da comunidade para participarem no projeto. Além disso, a OIT prestou às pessoas afetadas das aldeias selecionadas formação sobre a criação de um negócio através de um projeto do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Segurança Humana (UNHSTF), com vista a revitalizar as atividades geradoras de rendimento.⁹

Agências de Desenvolvimento Econômico Local em Moçambique: Abrir o caminho para a proteção social dos trabalhadores da economia informal em Sofala (1997-2003 e 2006-2008)

O principal objetivo da primeira fase do projeto (1997-2003) era impulsionar o desenvolvimento socioeconômico nas províncias de Maputo, Sofala e Manica através de Agências de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL). As principais beneficiárias foram as comunidades locais. As atividades chave incluíram um extenso e contínuo diálogo social; o envolvimento de membros de ADEL e de outros *stakeholders* na conceção e implementação de iniciativas de criação de emprego e de desenvolvimento; e a promoção do crescimento mediante a atração de parceiros econômicos e para o desenvolvimento. Um dos principais resultados foi a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e, em especial, de grupos desfavorecidos. Com base no sucesso das ADEL,

⁹ Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-suva/documents/publication/wcms_338071.pdf. O vídeo está disponível em: http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/video/video-news-releases/WCMS_380415/lang-en/index.htm

foi lançada uma segunda fase (2006-2008) com o objetivo de definir uma estratégia local de proteção social, durante a qual foi realizada uma análise participativa do risco para identificar as necessidades e as oportunidades em matéria de proteção social dos trabalhadores da economia informal de três distritos. Tendo em conta a análise do risco, foi formulada uma estratégia de proteção social em consulta com os membros das ADEL e outros *stakeholders* relevantes. Graças ao sucesso das experiências com ADEL, o Governo nacional decidiu formular uma política DEL multisetorial.¹⁰



© Foto OIT

Programa «Bolsa Verde» proporciona proteção social e ambiental às comunidades rurais mais pobres do Brasil (desde 2011)



© Foto OIT

O principal objetivo do programa «Bolsa Verde», lançado em outubro de 2011, é apoiar a conservação ambiental, erradicando simultaneamente a extrema pobreza. No Brasil, mais de 16 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza, 15,6 % da população brasileira vive em zonas rurais e 46,7 % da população rural – 7,5 milhões de pessoas – é extremamente

pobre. O programa «Bolsa Verde» está integrado no programa «Brasil sem Miséria», que visava a promoção da inclusão social através do rendimento garantido, do acesso aos serviços e da inclusão produtiva. Os principais beneficiários são famílias em situação de extrema pobreza, que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais e manutenção da cobertura vegetal. As atividades chave incluem a participação de beneficiários em iniciativas de sensibilização sobre o uso sustentável dos ecossistemas; atividades de formação ambiental; e educação social, técnica e profissional. Os principais resultados incluem o reforço da conservação dos ecossistemas, uma sensibilização acrescida para o uso sustentável dos ecossistemas, melhores condições de vida, e rendimentos mais elevados para a população muito pobre através do cartão Bolsa Verde, que facilita o acesso das famílias à bolsa (que têm direito a uma prestação de R\$300 (~= US\$ 83) de três em três meses).¹¹

10 Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---led/documents/publication/wcms_108579.pdf e http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---led/documents/publication/wcms_151450.pdf

11 Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/meetingdocument/wcms_228429.pdf



Programa de Adaptação às Alterações Climáticas (PAAC) - comunidades agrícolas resilientes ao clima em Agusan del Norte (Filipinas) (2008-2011)



© OIT/M. Crozet

A OIT trabalha em conjunto com agências das Nações Unidas e parceiros locais e nacionais para ajudar as comunidades a aceder aos recursos e a reduzir o risco de catástrofes causadas pelas alterações climáticas. O principal objetivo deste projeto consistia em explorar mecanismos de transferência do risco, incluindo fundos renováveis e planos de seguro para as comunidades agrícolas, bem como em ajudar os agricultores a diversificarem os

seus meios de subsistência e reduzirem a exposição ao risco. Os principais beneficiários são os agricultores e as respetivas comunidades. As atividades chave incluíram o desenvolvimento e a aplicação de meios de financiamento local e de um modelo de seguro do risco aos produtores de arroz e de milho de áreas vulneráveis através de serviços financeiros e não financeiros essenciais num Pacote Financeiro Integrado (PFI). Os principais resultados foram o fortalecimento das comunidades, que se tornaram menos vulneráveis às alterações climáticas, e que tiveram acesso não só a crédito formal, proteção de um seguro, serviços não financeiros e poupanças em apoio da suas atividades de produção agrícola, mas também a formação, mercados e tecnologia.¹²

4) Diálogo social

Agendas Subnacionais para o Trabalho Decente na América Latina Estabelecer um diálogo social (desde 2007)

Foram estabelecidas Agendas Subnacionais para o Trabalho Decente na América Latina. Os principais beneficiários foram as comunidades locais de diversos países, incluindo o Brasil, a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. As Agendas Subnacionais para o Trabalho Decente obedecem aos princípios do diálogo social tripartido (representantes do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores) da OIT e contemplam uma perspectiva de género. As atividades chave incluíram, até à data, processos de diálogo social, que funcionam como



© OIT/Lord

uma plataforma para discutir e responder a desafios no domínio do trabalho decente, proporcionando igualmente um mecanismo de consenso entre os intervenientes sociais; a atribuição de prioridade às políticas de emprego na agenda pública; a implementação

¹² Estão disponíveis mais informações em:
http://www.ilo.org/global/docs/WCMS_124608/lang--en/index.htm

de políticas nacionais de emprego tendo em conta o contexto local; a mobilização de recursos e intervenientes locais. São igualmente contempladas questões relacionadas com o desenvolvimento económico local. Desde 2007, alguns governos locais do Brasil, como Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, implementaram Agendas para o Trabalho Decente. A iniciativa foi alargada a outros estados e cidades do Brasil, entre os quais a Baía, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Tocantins; Santa Fé, Argentina; Chile (região de Maule e Santiago); Paraguai (departamento Central); e Uruguai (departamento Maldonado e Las Piedras), abrangendo cerca de 130 milhões de pessoas. Em 2013, com o apoio técnico da OIT, foi criada a Rede de Agendas Regionais para o Trabalho Decente da América do Sul.¹³ Esta rede facilita a partilha de boas práticas e a aprendizagem de pares entre os intervenientes tripartidos, proporciona uma plataforma para a criação de atividades conjuntas e a promoção do trabalho decente na América Latina.¹⁴

Assegurar a coerência das políticas entre os organismos de planeamento multissetoriais em Marikina, Filipinas (2007-2008)

O principal objetivo deste projeto era promover a coerência das políticas a nível local através de um processo participativo de planeamento, a fim de promover o desenvolvimento económico local e o emprego, bem como assegurar a ponderação de objetivos sociais e económicos no plano de desenvolvimento. Os principais beneficiários foram os pobres das zonas urbanas, e os principais pontos de entrada do projeto foram a habitação, os meios de subsistência e o ensino básico.



© OIT/Ganal

As atividades chave incluíram o diálogo social, o desenvolvimento de competências, a promoção dos investimentos e a criação de uma Junta para o Desenvolvimento Económico Local. O município implementou um processo participativo de planeamento através de uma abordagem ascendente, recolhendo os contributos dos *barangays* (ou seja, as divisões administrativas mais pequenas) e consolidando os ao nível municipal. As propostas dos *barangays* foram apresentadas ao serviço de planeamento urbano para efeitos de consolidação e a priorização tem lugar no seio do Conselho do Desenvolvimento Local (CDL). Uma outra medida adotada pelo município para assegurar um processo de consulta mais vasto foi a solicitação de comentários sobre as propostas dos *barangay* a associações comunitárias que não são membros habituais do CDL. Os principais resultados do projeto foram: a capacidade do município de se afirmar como um bom local de investimento; aumento das opções de emprego tanto no setor público como privado, bem como ao nível do trabalho assalariado e não assalariado; desenvolvimento massivo de infraestruturas, que criou emprego e tornou Marikina mais acessível aos investidores.¹⁵

13 Ver ainda informações sobre indicadores municipais relativos a oportunidades e desafios relacionados com o trabalho decente no Brasil, disponíveis em: http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/media-centre/press-releases/WCMS_323911/lang-en/index.htm

14 Fonte: Más y mejores empleos en el Cono Sur de América Latina: El aporte de las Agendas Subnacionales de Trabajo Decente, OIT. Ver também (em espanhol): http://www.oitcenterfor.org/sites/default/files/edit/docref/agendasubnacionalesTD_abramo.pdf

15 Estão disponíveis mais informações em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_213487.pdf



Workshop Sub-regional de Partilha de Conhecimentos sobre Cooperativas em Estados Árabes organizado pela OIT (2010)

© OIT/M. Crozet



O principal objetivo do *Workshop* Sub-regional de Partilha de Conhecimentos sobre Cooperativas em Estados Árabes era reunir parceiros sociais, doadores, federações cooperativas e outros *stakeholders*, a fim de estudar as cooperativas com base numa abordagem integrada, tendo em conta o papel dos governos, dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil no desenvolvimento das cooperativas com uma perspetiva de género. Os principais

beneficiários foram representantes do Governo, de organizações de empregadores e de trabalhadores, e membros de cooperativas do Líbano, Síria, Jordânia, Iraque, Iémen e do território ocupado da Palestina. As atividades chave incluíram a partilha de informações, no âmbito da qual os participantes partilharam a sua experiência com cooperativas com base em abordagens diferentes; analisaram legislação e políticas cooperativas, bem como problemas e perspetivas no contexto nacional; ouviram histórias da população local sobre cooperativas e desenvolvimento local; explicaram o trabalho desenvolvido pelos parceiros sociais na sub-região em matéria de cooperativas; e formas de promover cooperativas de mulheres em cenários rurais e de conflito. Os principais resultados incluíram medidas práticas para promover e reforçar a colaboração entre as cooperativas e os parceiros sociais, bem como recomendações sobre o desenvolvimento cooperativo. O *workshop* salientou o papel que as cooperativas poderão desempenhar na promoção da ATD nos Estados árabes, e contribuiu para sensibilizar os parceiros sociais das cooperativas para a economia social e solidária (ESS). Os participantes decidiram criar uma comunidade de prática sobre cooperativas nos Estados árabes.¹⁶

Para mais informações sobre os recursos da OIT em matéria de cooperativas, consulte: <http://www.ilo.org/inform/online-information-resources/resource-guides/cooperatives/lang-en/index.htm>. Ver também: *Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas*.¹⁷

16 Estão disponíveis mais informações sobre o *workshop* em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---arabstates/---ro-beirut/documents/meetingdocument/wcms_210751.pdf

17 Ver: Amorim, A., 2013: Capítulo 4, «A Cooperação Sul-Sul e o Diálogo Social», in OIT *Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas*, p. 71-72, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222163.pdf

Promover o empreendedorismo dos jovens e das mulheres em Kizil Kia, Quirguizistão (2007)

O principal objetivo do projeto era abordar os problemas do emprego jovem e promover a integração da igualdade de género na província rural de Batken, proporcionando alternativas para o desenvolvimento económico. Os principais beneficiários foram os jovens desempregados e as mulheres chefes de família numa área afetada pela migração dos homens para a capital e, posteriormente, para o estrangeiro. O projeto reuniu organismos governamentais relevantes (ou seja, juventude, emprego), empregadores, sindicatos, diretores e professores de estabelecimentos do ensino secundário, profissional e superior, organizações comunitárias e de jovens, pais e os próprios jovens num processo de diálogo social. As atividades chave do projeto piloto «Impulsionar o Emprego Jovem» incluíram workshops sobre gestão de empresas; assistência técnica em termos de planeamento estratégico; planeamento de intervenções; estratégias de emprego jovem e de desenvolvimento económico local para reforçar as instituições locais; e iniciativas para promover a agricultura, tais como o estabelecimento de uma escola de produção de cerejas, sendo dedicada especial atenção às mulheres jovens de grupos vulneráveis. Os principais resultados incluíram uma melhor utilização dos recursos locais, atualização das competências e reforço dos setores suscetíveis de proporcionarem oportunidades de emprego decente aos jovens de ambos os sexos. Por sua vez, estas iniciativas contribuíram para reduzir a dependência de empregos fornecidos por fábricas das redondezas, que muitas vezes procuravam trabalhadores pouco qualificados e ofereciam condições de trabalho insatisfatórias e salários baixos.¹⁸



© Foto Flickr

¹⁸ Estão disponíveis mais informações em: http://staging2.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---sro-moscow/documents/publication/wcms_345721.pdf



A economia social e solidária (ESS): Um modelo de desenvolvimento diferente para promover objetivos de DEL e trabalho decente



© OIT/M. Crozet

A economia social e solidária (ESS) propõe um modelo de desenvolvimento diferente, assente nos valores da cooperação, complementaridade, apoio mútuo, direitos humanos e princípios democráticos, tendo em vista a concretização da sustentabilidade ao nível local e de objetivos de trabalho decente. Contribui para as quatro dimensões do objetivo global da OIT de criação de trabalho decente para todos: emprego produtivo, proteção

social, respeito pelos direitos e diálogo social. A ESS viabiliza esta nova visão do desenvolvimento local através do alargamento da estrutura da economia local e do mercado de trabalho e da resposta a necessidades ainda não satisfeitas com vários bens e serviços, reforçando simultaneamente a confiança e a coesão social.¹⁹ A ESS pode fornecer um mecanismo para estabelecer a ligação entre as necessidades dos territórios e as trajetórias de desenvolvimento local e nacional e para facilitar determinados aspetos de boa governação associados ao diálogo político com a participação de cidadãos, representantes do governo local e outros decisores políticos.²⁰ É cada vez maior o número de parcerias e redes criadas no âmbito de iniciativas ESS – formando frequentemente redes solidárias Sul-Sul – que funcionam de forma participativa e recíproca, construindo alianças fortes entre os *stakeholders* e ajudando a fortalecer as atividades, minimizando simultaneamente o risco.

O conceito da economia social e solidária figura num elevado número de ações da OIT, como os programas de mão de obra intensiva, a promoção do ecoturismo e do comércio justo, o apoio aos povos indígenas, os projetos de desenvolvimento económico local, as iniciativas comunitárias sobre o VIH/SIDA, os «empregos verdes», as empresas sustentáveis e o «piso de proteção social», para dar apenas alguns exemplos. Muitas vezes, têm lugar num contexto de CSST.²¹

19 http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_ent/@coop/documents/publication/wcms_175515.pdf

20 Ver, por exemplo, o capítulo 4 «Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e Caribe: contribuições para o desenvolvimento inclusivo e sustentável», in *Campinas 2014 Economia Social e Solidária: Para um desenvolvimento inclusivo e sustentável*, Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, 2014, p. 97, disponível em <http://socialeconomy.ilo.org/pt/documentos-de-trabalho>.

21 Ver, por exemplo, «Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e Caribe: contribuições para o desenvolvimento inclusivo e sustentável», Centro Internacional de Formação da OIT, 2014, disponível em http://socialeconomy.ilo.org/pt/edicao-2014?set_language=pt

A ESS pode contribuir para a proteção social, o desenvolvimento local, o diálogo social, a economia informal, o desenvolvimento rural e o emprego jovem em termos da quantidade e da qualidade do trabalho que é gerado.

Desenvolvimento Econômico Local e Economia Social e Solidária: Ligações à CSST

A economia social e solidária (ESS) é um conceito aplicado a empresas e organizações, em particular a cooperativas, mutualidades, associações, fundações e empresas sociais, que produzem especificamente bens, serviços e conhecimento com objetivos econômicos e sociais e de promoção da solidariedade.²² O desenvolvimento econômico local e a economia social e solidária estão interligados e podem ser encarados como instrumentos complementares, dado que visam ambos a governação participativa, as parcerias, o empoderamento e a inclusão econômica e social, e preparam o terreno para assegurar o trabalho decente e a sustentabilidade ao nível local.

Uma vez que também obedece aos princípios da solidariedade e da não condicionalidade, a cooperação Sul-Sul e triangular é uma abordagem compatível com a ESS, nomeadamente para partilhar conhecimentos, experiência e boas práticas e para apoiar o desenvolvimento de capacidades, a transferência de tecnologia e até mesmo a mobilização de recursos, bem como a criação de redes e cadeias internacionais sobre inovação social.²³ A cooperação Sul-Sul pode ser considerada um instrumento importante para responder a muitos dos desafios de desenvolvimento que se colocam aos países menos desenvolvidos, reforçando simultaneamente o DEL e a economia social e solidária.

²² http://www.ilo.org/empent/units/cooperatives/WCMS_166301/lang-en/index.htm

²³ No prelo: Solidariedade Social e Cooperação Sul-Sul: Uma coletânea de breves artigos sobre a Cooperação Sul-Sul para a «Academia em Economia Social Solidária: Inovação Social no Mundo do Trabalho» (Joanesburgo, 2015)



A economia social e o desenvolvimento local de base comunitária – lições retiradas da experiência do Quebec

Da experiência de criação de corporações econômicas de desenvolvimento comunitário (CEDC) no Quebec (Canadá) em resposta às dificuldades econômicas e ao aumento da pobreza e do desemprego, é possível retirar algumas lições valiosas em matéria de desenvolvimento local, especialmente em termos das suas estratégias ascendentes, da parceria entre a sociedade civil e as autoridades locais, da aplicação em contextos rurais e urbanos e da utilização de empresas de economia social como instrumento de desenvolvimento.

As corporações CEDC estabeleceram um diálogo com comerciantes locais, instituições locais e autoridades municipais, regionais e federais para apoiarem um processo de revitalização da comunidade com base na mobilização dos seus membros e em parcerias comunitárias. As CEDC recebem apoio dos três níveis de governo (nacional, regional/provincial, local). Atualmente, existem 13 CEDC em cidades do Quebec, que abrangem territórios com uma população total de 1,6 milhões de habitantes. Estes organismos voluntários são constituídos por mais de 400 pessoas oriundas de diferentes meios, que são eleitas pelos membros através de um processo de colégios eleitorais. As CEDC apoiam o empreendedorismo local, prestando assistência técnica, formação, serviços de consultoria e criando redes de contactos.

Fonte: Capítulo 11, «The social economy and community-based local development - lessons from the Quebec experience» in CIF OIT 2011, *Social and Solidarity Economy: Our Common Road toward Decent Work Partnerships*, p. 145-151. Disponível em: <http://socialeconomy.etcilo.org/en/readers>.

ESS e o emprego jovem – Redes inovadoras de produção: O caso dos jovens empresários na África Oriental

Em África, estão em curso projetos da OIT que promovem as cooperativas, as mutualidades e as empresas sociais. Estudos recentes realizados na África Oriental²⁴ exploram as redes horizontais, inclusivas e igualitárias de produção, um novo conceito de empreendedorismo e o conceito de «qualidade de vida», com o objetivo de contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas inspiradas pelo modelo ESS, que promovem e apoiam diferentes tipos de empresas para assegurar a criação de mais e melhores empregos.

Estes estudos concluíram que existe um número significativo de atividades econômicas coletivas realizadas por grupos de jovens com base num modelo de autogestão democrática. Os estudos sugerem igualmente que estes jovens empresários são mais influenciados pelas suas condições sociais e pelas suas interações com o mundo exterior do que pela tradição local. A utilização em grande escala destas redes inovadoras de produção, que estabelecem a ligação entre jovens empresários, poderá ajudar a responder a necessidades ainda não satisfeitas, a fomentar uma maior coesão social e contribuir para a erradicação da pobreza, capacitando simultaneamente os jovens.

24 http://socialeconomy.etcilo.org/pt/edicao-2013?set_language=pt

Fonte: Di Meglio, R., 2013: Capítulo 4, «Innovative networks of production: The case of young entrepreneurs in East Africa», in OIT, *Social and Solidarity Economy: An opportunity to enhance youth employment*, p. 32-44, disponível em http://socialeconomy.ilo.org/pt/edicao-2013?set_language=pt.

As cooperativas nos países de língua portuguesa - A experiência da OCPLP

Nos países de língua portuguesa, o setor cooperativo é cada vez mais reconhecido como um instrumento de desenvolvimento ao nível comunitário, contribuindo para melhorar o bem estar e a qualidade de vida, reduzir a pobreza e promover a criação de emprego e o acesso a educação, formação, saúde e crédito. As cooperativas facilitam o envolvimento das pessoas na tomada de decisões e a sua participação ativa nas respetivas comunidades. Em certos países de língua portuguesa, as cooperativas têm desempenhado um papel chave no empoderamento das mulheres e na promoção da sua autonomia e da sua capacidade empresarial e de liderança, o que resultou numa melhoria da qualidade de vida das famílias e de toda a comunidade.

Nestes países, o setor cooperativo encontra-se sobretudo na agricultura, silvicultura, pecuária, pesca e consumo. O facto de falarem a mesma língua permitiu a estes países trabalharem em conjunto e lançarem projetos comuns. Em 1997, em resposta à necessidade de reforçar as relações entre os movimentos cooperativos lusófonos, foi criada a Organização Cooperativista de Países de Língua Portuguesa (OCPLP). Atualmente, a OCPLP compreende 32 organizações de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Brasil e Timor-Leste, incluindo confederações e federações representativas de cooperativas de países de língua portuguesa.

Fonte: no prelo: Cohen, C. «The Cooperatives in Portuguese-Speaking Space - The Experience of OCPLP» in *Solidariedade Social e Cooperação Sul-Sul: Uma coletânea de breves artigos sobre a Cooperação Sul-Sul para a «Academia em Economia Social Solidária: Inovação Social no Mundo do Trabalho» (Joanesburgo, 2015)*



4 Cooperação entre Fomentar a inovação através de intercâmbio entre pares no âmbito

O Memorando de Entendimento entre a OIT e a CGLU

O trabalho desenvolvido pela OIT assenta na visão de que os intervenientes locais poderão dar um importante contributo para a criação de emprego, a proteção social e a proteção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho. Nessa perspetiva, e a fim de adaptar a ADT ao contexto local, a OIT celebrou, em 2012, um acordo de cooperação com a organização mundial «Cidades e Governos Locais Unidos» (CGLU). Trabalhando em conjunto, as duas organizações procuram melhorar as capacidades dos intervenientes locais através da cooperação Sul-Sul e da cooperação entre cidades, bem como projetos que visam a criação de emprego, o desenvolvimento económico local e a formalização do setor informal. São igualmente desenvolvidas atividades de intercâmbio entre pares, que ajudam a reforçar a capacidade das autoridades locais para definir políticas, planear o desenvolvimento e executar estratégias de forma eficaz. Já participaram nestes intercâmbios mais de 30 cidades.



As cidades: e a capacidade local de aprendizagem no âmbito da CSST

As atividades com vários grupos de interesse são dinâmicas e têm natureza prática, envolvendo uma cooperação horizontal que promove as parcerias e o intercâmbio de conhecimentos e a partilha de experiências entre cidades, bem como outras atividades mutuamente complementares. É dado especial destaque aos quatro pilares da ATD: a promoção do emprego e de empresas sustentáveis; a promoção da proteção social; o desenvolvimento do diálogo social; e a realização dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, especialmente a erradicação das piores formas de trabalho infantil.

A facilitação de atividades de aprendizagem entre pares, que contam com a participação de municípios de diferentes países, dá a conhecer diversas perspetivas e experiências que se enriquecem mutuamente e promove o estabelecimento de parcerias para responder a desafios comuns, atuais e futuros. O apoio da comunidade internacional é importante para facilitar e desenvolver estes tipos de intercâmbios, na medida em que, apesar de ser um poderoso instrumento de desenvolvimento, a cooperação descentralizada entre cidades é pouco conhecida.





A CGLU é a maior rede global de autoridades locais e de associações de autoridades locais. A CGLU foi criada em 2004, no seguimento das recomendações formuladas durante a Conferência Habitat II no sentido do agrupamento das principais organizações de governos locais. A CGLU representa os interesses dos governos locais e regionais dentro da comunidade global e das Nações Unidas, recolhe informações chave relacionadas com a descentralização e a democracia local, e é uma plataforma para a cooperação descentralizada e a aprendizagem entre cidades e associações.

A OIT trabalha em estreita colaboração com a CGLU não só para sensibilizar e fazer pressão em prol do desenvolvimento económico e do trabalho decente, mas também para partilhar e promover a diversidade de soluções viáveis que as cidades podem oferecer. Proporciona ainda um meio de abordar as diferenças e as semelhanças em contextos e temas emergentes, tais como a economia informal vista de uma perspetiva estratégica.

Maputo, Moçambique, novembro de 2012

A primeira cooperação prática – uma atividade de aprendizagem entre pares realizada em Maputo, Moçambique, em novembro de 2012 – analisou o setor da economia informal em Maputo, especialmente as condições dos vendedores ambulantes informais na cidade. O *workshop* reuniu representantes das autoridades locais de Maputo, de outras cidades moçambicanas e de cidades do Brasil e da África do Sul, bem como organizações internacionais, organizações não governamentais e o setor privado, tendo resultado na adoção de um Roteiro sobre CSST para as autoridades locais.¹

A esta iniciativa seguiu-se um projeto que envolveu as cidades de Maputo, Durban, Belo Horizonte e Porto Alegre e incluiu visitas técnicas (Durban, junho de 2013; Maputo, agosto de 2013) e sessões de formação (Durban, junho de 2013 e Maputo, setembro de 2013). Estas atividades procuraram reforçar as capacidades, bem como conceber intervenções adequadas e apoiar Maputo na área do desenvolvimento empresarial no setor do comércio de produtos alimentares, contribuindo simultaneamente para a criação de um programa de cooperação Sul-Sul das autoridades locais. O resultado foi a compilação de informações sobre atividades suscetíveis de serem disseminadas e reproduzidas. Durante o processo, Durban transferiu a sua experiência para vendedores ambulantes informais e dirigentes municipais, enquanto Belo Horizonte partilhou o seu *know-how* sobre o apoio à economia local e à urbanização. Além da transferência prática de políticas, em especial da política de vendedores ambulantes e feirantes de Durban, a cooperação revelou a importância estratégica dos mercados de alimentos para o desenvolvimento económico local e a redução da pobreza, bem como para a diversidade cultural. A Câmara de Maputo está a melhorar os seus mercados, investindo neles e recorrendo também a uma cooperação descentralizada com a cidade de Barcelona. As diferentes lições foram partilhadas na conferência global sobre mercados públicos, que teve lugar em Barcelona, em março de 2015.

1 Para mais informações, ver: http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/WCMS_193541/lang-en/index.htm. Ver também: A Cooperação Cidade Cidade, Sul-Sul e Triangular http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222212.pdf e Nota de Aprendizagem entre Pares n.º 6 da CGLU: Technical exchange between peers – decentralized cooperation, Brazil and Mozambique: http://issuu.com/uclgcglu/docs/i_cities_nampula_2013

Desde então, foram realizados outros projetos de aprendizagem entre pares em Lleida, Xexuão, Pasto e Borgou.

Lleida, Espanha, junho de 2013

O Fórum sobre Cidades Intermediárias – Políticas e Planeamento Urbano Estratégico, realizado em Lleida, Espanha, em 28-29 de junho de 2013, procurou fomentar os intercâmbios Sul-Sul ao nível da cidade no domínio do desenvolvimento económico local. Foram igualmente analisadas as atividades de cooperação Sul-Sul relacionadas com a cooperação internacional e entre cidades. Com participantes da África do Sul, Moçambique, Brasil, Indonésia, Marrocos, Espanha, Argentina e Itália, o fórum reuniu políticos, peritos, académicos e profissionais dos governos locais, tendo em vista a criação de parcerias e o intercâmbio de conhecimentos sobre os respetivos esforços de desenvolvimento. Os participantes também discutiram o papel das cidades intermediárias, com populações entre 50 000 e 1 000 000 habitantes. Os investimentos no desenvolvimento económico das cidades intermediárias e a adoção de novas políticas neste domínio encorajarão diretamente e criarão oportunidades de emprego, ajudando igualmente a reduzir as diferenças entre os meios urbanos e rurais. Uma das principais questões suscitadas durante o Fórum de Lleida foi a necessidade de as cidades intermediárias juntarem esforços, independentemente do país.²

Xexuão, Marrocos, setembro de 2014

Entre 24 e 27 de setembro de 2014, em Xexuão, Marrocos, decorreu um intercâmbio de aprendizagem entre pares intitulado «Políticas Urbanas e Rurais para o Desenvolvimento Económico Local: cooperação Sul-Sul e triangular». A reunião, sob a liderança do Presidente da Câmara de Xexuão, foi coorganizada pela CGLU, pela CGLU África, pela OIT e pelo Fundo Andaluz de Municípios para a Solidariedade Internacional (FAMSI). Procurou identificar e posicionar o papel das cidades intermediárias, no que respeita às economias rurais e regionais, na promoção do desenvolvimento económico local e do trabalho decente. Reuniu cidades do Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Espanha, Máli, Marrocos, Mauritânia, Marrocos, Níger e Senegal.

Os principais resultados deste intercâmbio de aprendizagem foram a criação de um grupo de cidades intermediárias e a adoção da Declaração de Xexuão, que salienta a importância de incluir o desenvolvimento económico local, o trabalho decente e as cidades intermediárias na agenda global, sobretudo na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, no 3.º Fórum sobre o Desenvolvimento Económico Local, que terá lugar em outubro de 2015, e na Conferência Habitat III, a realizar em 2016.³ Neste contexto, os participantes reconheceram a necessidade de definir posições comuns sobre estas questões, que poderiam ser expostas em debates e negociações ao nível internacional.

² Está disponível um relatório da reunião elaborado pela CGLU em:

http://issuu.com/uclgclglu/docs/cglu17_09_definitivo_1

³ Para mais informações, ver: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222208.pdf



Além disso, a Declaração descreve um roteiro, através do qual os participantes se comprometeram a intensificar o intercâmbio de boas práticas e o reforço de capacidades, especialmente através da utilização da CSST como plataforma para a adaptação do desenvolvimento ao contexto local, bem como a participar em redes de cidades intermediárias e desenvolvimento. Identifica ainda uma série de desafios chave, nomeadamente questões relacionadas com o crescimento demográfico e a necessidade de aumentar a coesão social, reduzir as desigualdades e garantir o acesso a um trabalho decente. O emprego jovem e a necessidade de reforçar a autonomia econômica e social das mulheres são também domínios de ação prioritária.

A CGLU facilitou uma atividade de *follow-up* proposta pelo distrito de Bourgou, no Benim, que solicitou o apoio dos pares da cidade de Xexuão para melhorar a sua estratégia e os seus recursos de DEL (ver *infra*). Por seu turno, a cidade de Odienné (Costa do Marfim) ofereceu-se para organizar um seminário de aprendizagem entre pares, que, de acordo com o roteiro, deverá ter lugar em finais de 2015, e cuja coordenação estará a cargo da CGLU África.

« Para a nossa Câmara Municipal, assumir a liderança de uma rede é uma oportunidade única para refletir sobre questões que também afetam outras cidades com características semelhantes, com vista a melhorar as nossas estratégias e a encontrar soluções adaptadas às nossas necessidades, ao nosso potencial e aos nossos obstáculos. »

– Mohamed Sefiani, Presidente da
Câmara de Xexuão, presidente do Grupo de Trabalho
da CGLU sobre Cidades Intermediárias

Para mais informações sobre o Grupo de Trabalho da CGLU sobre Cidades Intermediárias, consultar: <http://www.uclg.org/en/organisation/structure/committees-working-groups>.

Para mais informações sobre o Grupo de Trabalho da CGLU sobre Desenvolvimento Econômico Local, consultar: <http://www.uclg.org/en/organisation/structure/committees-working-groups/local-economic-development>.

Pasto, Colômbia, janeiro de 2015

Entre 28 e 30 de janeiro de 2015, em Pasto, na Colômbia, teve lugar um intercâmbio de aprendizagem dedicado ao desenvolvimento econômico e social local, ao trabalho decente e aos sistemas de mercados de alimentos, com especial referência às economias culturais e às cadeias locais de alimentos. O intercâmbio reuniu peritos nacionais e internacionais, e representantes dos governos locais, regionais e nacionais da Colômbia, Espanha, México, Equador, Bolívia, Argentina, Venezuela, Alemanha e Brasil. Uma das principais recomendações prendia-se com a necessidade de ter em consideração os agricultores e os pequenos produtores rurais (mercados diretos) na transformação do atual «principal mercado do Sul» num mercado grossista e de alimentos. A necessidade de reforçar as ligações rural urbano também foi salientada. Os participantes também sugeriram que a OIT poderia estabelecer a ligação entre os serviços locais de emprego, que poderiam orientar e prestar formação às autoridades locais em matéria de trabalho decente, criar uma agenda sobre esta matéria e continuar a promover a CSST através de redes e associações emergentes que apoiam as cidades intermediárias. Em especial, a oferta de assistência técnica no domínio dos sistemas de mercados de alimentos por parte de cidades do Equador poderá ser importante para a transferência de políticas e para o impacto local, conforme aconteceu com o follow-up do projeto de Xexuão.

Os participantes mostraram-se interessados em promover o desenvolvimento econômico local em paralelo com a criação de emprego e a Agenda para o Trabalho decente. Neste contexto, poderia ser adotada uma abordagem integrada ao trabalho decente ao nível local, com base no diálogo social. Os participantes partilharam igualmente boas práticas sobre os sistemas de mercados de alimentos, e destacaram o papel desempenhado pela agricultura na economia local, nomeadamente a produção rural, periurbana e urbana. Foram ainda discutidos outros setores como meio de promover o emprego e a economia local, incluindo o turismo e a construção.⁴

Borgou, Benim, fevereiro de 2015

Entre 25 e 27 de fevereiro de 2015, em N'Dali (Benim), decorreu um intercâmbio de experiências sobre o desenvolvimento econômico local entre a Agência Municipal para o Desenvolvimento de Xexuão (AMDX) e a Associação para o Desenvolvimento das Comunas de Borgou (ADéCoB), no âmbito do agenda do Grupo de Trabalho sobre as Cidades Intermediárias. Produto do trabalho desenvolvido em Xexuão em setembro de 2014, este intercâmbio incidiu sobre políticas urbanas e rurais para a criação de empregos decentes e sobre a melhoria das políticas urbanas nacionais e internacionais.

As experiências de formação e gestão de recursos humanos, lideradas pela AMDX, permitiram a Borgou retirar lições valiosas, o que, por sua vez, fomentou uma maior motivação para partilhar experiências; reforçou a cooperação e as parcerias Sul-Sul; um roteiro para a transformação socioeconômica das zonas rurais; e opções para um potencial turismo, inovação e planeamento.

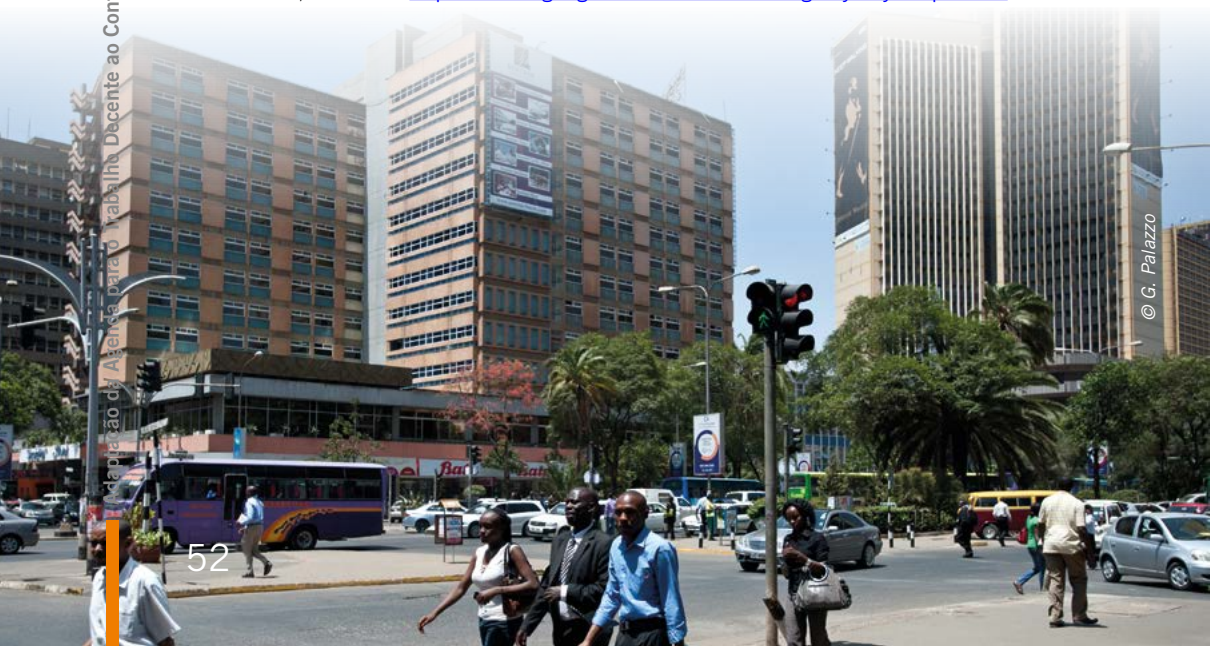
⁴ Estão disponíveis mais informações em: <http://www.uclg.org/es/node/23689>. O relatório integral deste seminário será disponibilizado no sítio Web da CGLU



5 Desenvolver e promover o Trabalho decente através da cooperação Sul-Sul

Existem amplas oportunidades para as autoridades locais e outros *stakeholders* interessados colaborarem com a OIT nos esforços de promoção do desenvolvimento econômico local, incluindo os objetivos do trabalho decente, ao nível local, bem como para ajudarem a integrar estes tópicos na agenda internacional através de iniciativas de sensibilização. As autoridades locais serão os principais motores da implementação dos ODS no terreno – muitos dos quais estão intimamente ligados ao desenvolvimento econômico local – e desempenharão igualmente um papel chave na preparação da Conferência Habitat III e da Nova Agenda Urbana. Existem oportunidades de colaboração através da cooperação entre cidades e da CSST, que contempla a aprendizagem entre pares;¹ a participação em redes de cidades; ou o contributo para os esforços internacionais de sensibilização. O espaço está aberto a todos os *stakeholders* que desejem partilhar o seu *know-how*, encontrar soluções inovadoras em conjunto e criar um impacto ao nível local. No futuro, serão necessários mais estudos e informações por parte das cidades para alcançar objetivos comuns.

1 Para aceder aos recursos da CGLU sobre a aprendizagem proporcionada pela cooperação entre cidades, consultar: <http://www.uclg.org/en/media/news/learning-city-city-cooperation>

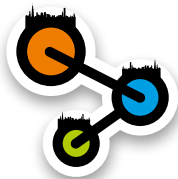


Promover as Agendas Decente locais entre cidades e da e triangular

Medidas práticas para adaptar a Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local

As autoridades locais estão cada vez mais diretamente envolvidas no desenvolvimento do seu território e na criação de emprego para a sua população. Para que as pessoas beneficiem de um crescimento econômico sustentável, de empregos decentes e de proteção social, é fundamental implementar a Agenda para o Trabalho decente ao nível local. A adaptação da Agenda para o Trabalho decente ao contexto local nas políticas de desenvolvimento econômico local permite que as autoridades locais avaliem os seus pontos fortes e vantagens comparativas e estabeleçam um diálogo social para criar políticas que contribuam de forma mais eficaz para o bem estar da população. A cooperação entre cidades e a cooperação Sul-Sul e triangular desempenham um papel crucial para equipar as autoridades locais com instrumentos úteis para responder da melhor forma aos desafios colocados pela globalização, pela urbanização e pela migração urbano-rural, entre outros.





No âmbito dos seus esforços para reforçar um diálogo social local suscetível de contribuir para melhorar as condições de trabalho e as empresas na economia urbana, a OIT elaborou o Documento de trabalho 280, intitulado «Participação orientada para o trabalho nos municípios: Como o diálogo social descentralizado pode contribuir para a economia urbana e os seus setores». O apêndice do documento de trabalho apresenta um manual com medidas práticas para adaptar a Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local (ver caixa 7).

Participação orientada para o trabalho nos municípios: Como o diálogo social descentralizado pode contribuir para a economia urbana e os seus setores

Acompanhando a tendência no sentido da descentralização, é cada vez maior o número de autoridades locais e/ou outros intervenientes urbanos envolvidos na participação orientada para o trabalho. Esta publicação fornece informações condensadas e pretende apoiar o envolvimento dos intervenientes municipais num processo de participação (diálogo social) conducente à formulação e implementação de um programa que visa trazer melhorias aos trabalhadores e às empresas do município no que concerne ao trabalho decente. O reforço do diálogo social local pode desencadear um processo ascendente com possíveis efeitos multiplicadores nos setores da economia que ainda enfrentam dificuldades na implementação de um diálogo ao nível nacional.

Esta publicação está disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_162687.pdf.



© OIT/M. Crozet



© OITM. Crozet

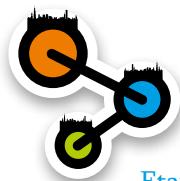
Como adaptar a Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local: etapas do processo

Seguindo o manual supramencionado (caixa 7) e desenvolvendo as informações nele fornecidas, a adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local envolve uma reunião entre as cidades interessadas e as autoridades locais. Na etapa seguinte, o debate desloca-se para a CGLU, para o escritório da OIT e para os parceiros locais, que, em conjunto, escolhem as cidades e os parceiros e definem o tema principal e os temas conexos. Esta etapa está associada a uma dimensão de CSST respeitante à identificação de outras cidades (no país e no estrangeiro) e parceiros, incluindo stakeholders locais, parceiros para o desenvolvimento, sociedade civil, técnicos e outros stakeholders relevantes.

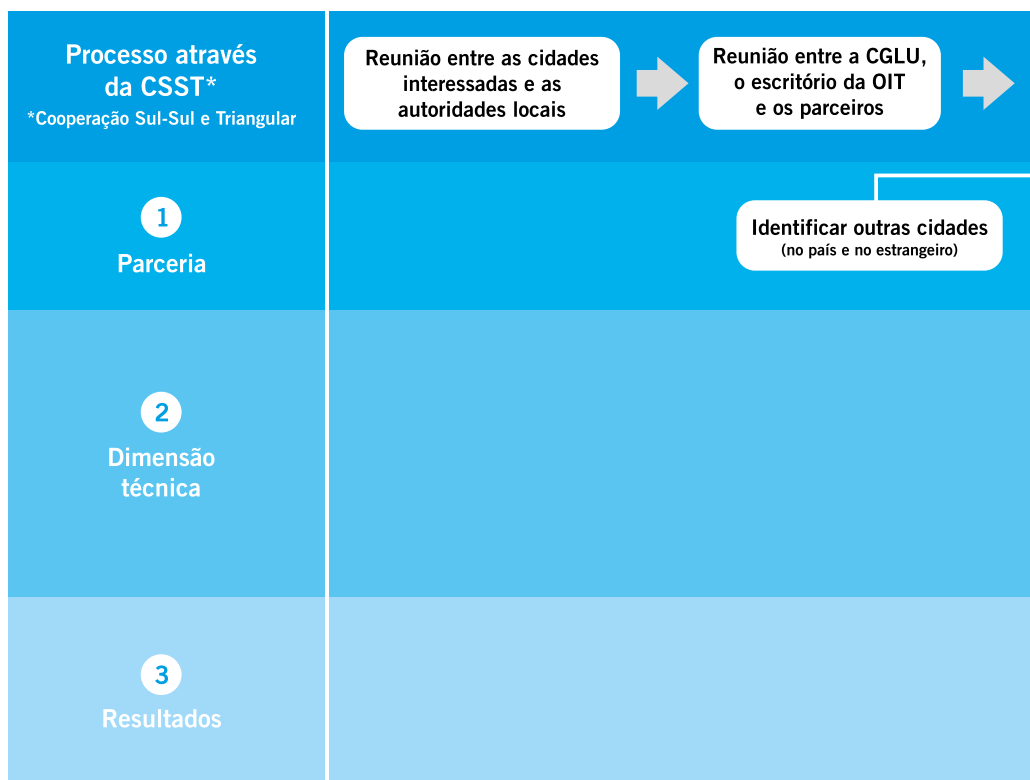
Coletivamente, os stakeholders identificam a Agenda para o Trabalho Decente para o contexto em causa. Esta etapa envolve também uma dimensão técnica, que está presente na procura de boas práticas, na elaboração de um documento de síntese, no agendamento e preparação para a reunião, etc. A própria reunião proporciona uma plataforma para a partilha de experiências práticas, o contributo de peritos, visitas na área selecionada, intercâmbio de boas práticas, intercâmbio de conhecimentos e aprendizagem entre pares. O relatório final da reunião deveria ser tornado público, chamando simultaneamente a atenção para a inovação, a adaptabilidade, a reprodutibilidade e a sustentabilidade (ver a caixa 8).

Os resultados finais da reunião incluem um «Roteiro» para as futuras intervenções coletivas, sendo dedicada especial atenção ao impacto local (a secção 4 descreve os resultados de algumas dessas reuniões); e a participação numa rede de cidades para aproveitar a dinâmica positiva gerada (ou, se necessário, a criação de tais redes).

Por último, os municípios interessados e empenhados que pretendam adaptar a sua estratégia e solicitem o apoio dos pares devem recebê-lo. Esta cooperação imediata e bilateral é documentada pelas cidades envolvidas. De preferência, deve ser realizado um certo acompanhamento para que uma comunidade mais vasta possa retirar benefícios destas lições que se revelam frequentemente muito práticas.



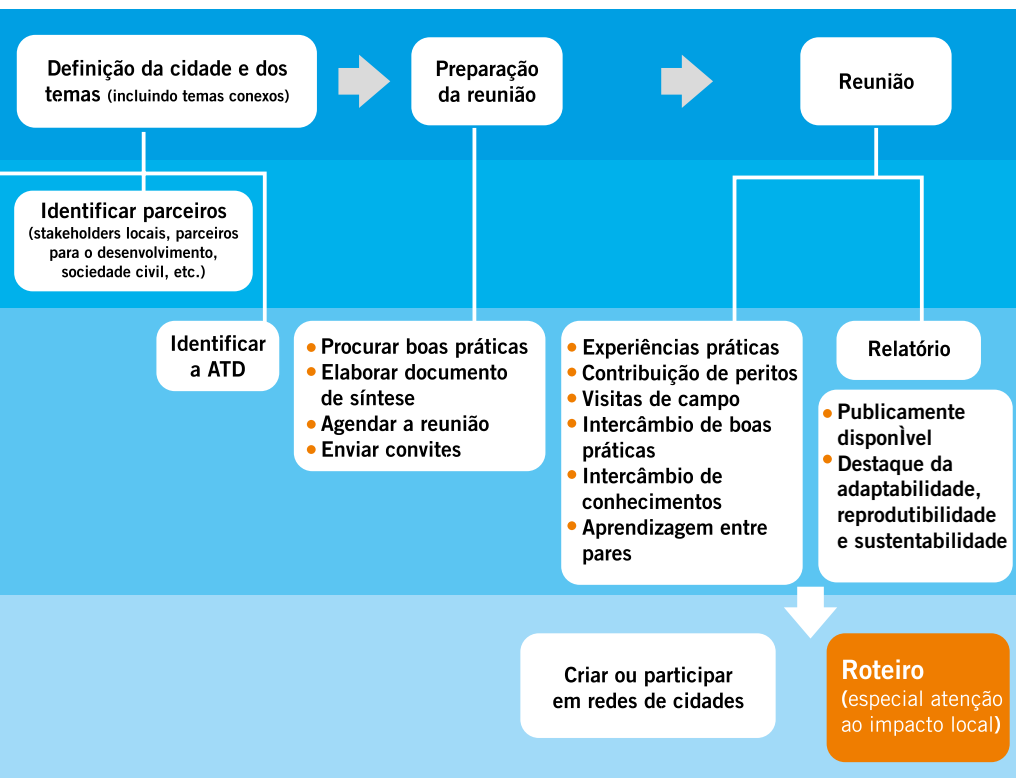
Etapas da adaptação da Agenda para o Trabalho Decente ao contexto local



Adaptar a ATD ao contexto local através da inovação, da adaptabilidade, da reprodutibilidade, da sustentabilidade e da participação

Inovação: Que características tornam a prática potencialmente interessante para outros? Importa salientar que não se exige que uma prática seja nova para preencher este critério. As práticas a este nível poderão não estar comprovadas por dados ou por uma avaliação formal, mas já foram testadas e é possível aduzir argumentos lógicos convincentes a favor da sua eficácia, em conformidade com os critérios supramencionados.

Adaptabilidade/Reprodutibilidade: Esta prática de cooperação entre cidades/Sul-Sul pode ser adaptada em situações ou cenários semelhantes? Revelou se eficaz, com resultados demonstráveis? Embora a prática esteja adaptada ao contexto local, possui características que sejam transferíveis para outros cenários ou situações?



Sustentabilidade: Qual a probabilidade de a prática de cooperação entre cidades/Sul-Sul e/ou os seus benefícios se manterem e continuarem a ser eficazes a médio e longo prazo? Este aspeto poderia envolver a continuação de um projeto após a data prevista para o termo do financiamento inicial ou a criação de novas atitudes, métodos de trabalho, a integração da cooperação para o desenvolvimento em considerações sobre o trabalho decente, a criação de capacidades, etc., que poderia representar o legado de uma determinada prática e interações entre países do Sul.

Participação: Existe uma apropriação da abordagem de cooperação por parte das autoridades locais? Os intervenientes locais são ouvidos e tomam decisões sobre os temas e as políticas a abordar e debater? O envolvimento dos intervenientes locais é um processo ascendente, que visa proporcionar um meio participativo de encontrar o potencial económico local e assegurar um processo sustentável.

Para mais informações, consultar: Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222163.pdf.



© G. Palazzo

Criar uma parceria de sucesso entre pares

Todos os parceiros devem participar no processo desde o início e todos devem ser ouvidos em pé de igualdade. Uma parceria de sucesso deve ser constituída pelos seguintes parceiros:

- Autoridades locais e/ou nacionais – é crucial uma liderança técnica e política;
- Organizações locais e/ou nacionais de empregadores e de trabalhadores;
- Redes nacionais e/ou internacionais de cidades (por ex., CGLU, Cidades Intermediárias, escritórios regionais da CGLU, associações nacionais de governos locais, etc.);
- Organizações regionais e/ou internacionais (por ex., OIT, PNUD, UNICEF, ECLAC);
- Instituições académicas (por ex., universidades, *think-tanks*);
- Intervenientes locais no domínio social (por ex., ONG, associações de povos indígenas);
- Parceiros para o desenvolvimento (por ex., agências de desenvolvimento).

Questões a considerar na escolha da cidade e do tema

Avaliação das condições existentes, incluindo: i) as necessidades específicas da comunidade; ii) os pontos fortes e os recursos do território; iii) os obstáculos internos e externos que a comunidade poderá enfrentar; e iv) o leque de entidades específicas que deveriam estar envolvidas. A criação de um perfil comunitário exige a combinação destes elementos. A comunidade pode ser analisada com base no método SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças), o que ajudará a facilitar o processo de planeamento.

Etapas seguintes

1. Avaliar a probabilidade de cumprimento dos objetivos e dos prazos para a sua implementação e para a obtenção dos benefícios previstos.
2. Escolher os setores ou atividades que trarão benefícios à maioria da população. É importante que tenham potencial para crescimento a longo prazo, que permitam a criação de *clusters*/ligações entre eles e que sejam sustentáveis.
3. É possível avaliar a intenção de mudança ou melhoria sem estudos complexos (base de referência simplificada)?

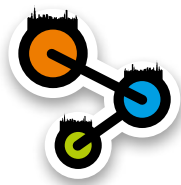
O Roteiro – um elemento chave

Uma reunião bem-sucedida culmina com a adoção de um roteiro que descreve as medidas a adotar em conjunto, fomentando igualmente um compromisso coletivo para com o cumprimento dos seus objetivos. O roteiro é um elemento chave para assegurar que o projeto tem natureza inovadora, que é sustentável e reproduzível, e que pode contribuir para a solidariedade entre os países do Sul e as cidades do Sul.

Um roteiro:

- Estabelece um caminho claro para o futuro, incluindo os passos seguintes e objetivos específicos a alcançar.
- Enuncia as áreas estratégias de cooperação.
- Serve para reforçar o compromisso dos participantes para com o desenvolvimento e a implementação do desenvolvimento econômico local nas respetivas comunidades.
- Identifica outros governos locais e regionais que podem ser convidados a colaborar, e reforça e alarga a partilha de informações e as atividades de aprendizagem.
- Relembra aos participantes a necessidade de incluírem a intenção na agenda das organizações envolvidas.

Por exemplo, através da Declaração de Xexuão, os participantes comprometeram-se a aderir e a participar em redes de cidades intermediárias e desenvolvimento local, a contribuir para o seu desenvolvimento e a intensificar o intercâmbio de boas práticas e o reforço de capacidades (ver a secção 4).



Conclusão

A criação de empregos decentes é determinante para a erradicação da pobreza e proporciona a base para uma transformação econômica equitativa, inclusiva e sustentável. No entanto, são vários os desafios que se colocam à promoção do desenvolvimento econômico local, incluindo os objetivos de trabalho decente, no contexto dos recém adotados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dos resultados da Conferência Habitat III de 2016 e de outros objetivos acordados no plano internacional. O aumento do desemprego, especialmente para os jovens, a inexistência de direitos dos trabalhadores, a discriminação, o aumento das desigualdades e uma proteção social desadequada são apenas alguns destes desafios. Para ultrapassar estes obstáculos, é necessária uma ação reforçada e concertada, bem como parcerias entre muitos *stakeholders*, nomeadamente autoridades locais e/ou nacionais; organizações de empregadores e de trabalhadores; associações de governos locais ou redes de cidades nacionais e/ou internacionais; organizações internacionais e/ou regionais; instituições académicas; intervenientes locais no domínio social; e parceiros para o desenvolvimento.

Os exemplos de projetos de cooperação técnica da OIT, de cooperação Sul-Sul e triangular/ cooperação entre cidades, e de economia social e solidária que aqui são apresentados fornecem apenas um panorama geral dos diferentes modelos de colaboração possíveis e das soluções inovadoras que deles resultam, nos quais as autoridades locais desempenham um papel crucial não apenas na implementação de estratégias de desenvolvimento local que promovem os objetivos de trabalho decente, mas também na promoção dos objetivos de desenvolvimento global, envolvendo as comunidades em processos ascendentes e participativos. Há muitos anos que a OIT trabalha ativamente com as autoridades locais, dedicando especial atenção ao desenvolvimento econômico local e ao trabalho decente. Graças à assinatura do acordo de parceria entre a CGLU e a OIT em 2012 e ao seu enfoque na CSST e na cooperação entre cidades, as cidades do Sul têm podido retirar benefícios das experiências adquiridas em contextos semelhantes recorrendo à aprendizagem entre pares e à partilha de conhecimentos através de um plano de CSST. Esta metodologia proporciona uma plataforma para o envolvimento de parcerias multilaterais, reunindo líderes políticos, técnicos e locais que trabalham diretamente com as comunidades e os cidadãos. Ajuda igualmente a melhorar as capacidades institucionais e de gestão para assegurar um melhor planeamento estratégico e uma implementação mais eficaz da Agenda para o Trabalho Decente, contribuindo simultaneamente para apoiar e sustentar o desenvolvimento econômico local.

No futuro, serão necessários esforços acrescidos e iniciativas conjuntas em contextos locais e regionais para ultrapassar os desafios e promover parcerias eficazes que permitam explorar a diversidade de soluções viáveis que as cidades têm para oferecer. Para lá chegar, será necessário realizar um certo número de tarefas. São necessários mais estudos, incluindo estudos de campo, para aprofundar os conceitos e o entendimento da cooperação entre cidades como um meio de fomentar o DEL e o trabalho decente, bem como para contribuir para a melhoria das estratégias e práticas de cooperação entre cidades.

A sensibilização das cidades também é fundamental para que todos os *stakeholders* compreendam o valor da ATD e tenham capacidade para formular e implementar eficazmente estratégias em matéria de trabalho decente; para tal, poder-se-á recorrer a uma CSST e

a uma cooperação entre cidades que proporcione uma plataforma para intercâmbio de conhecimentos, reprodução de boas práticas e práticas inovadoras, e que disponibilize metodologias adequadas. Essa cooperação também fornece um quadro prático para debater e desenvolver outras atividades para responder a desafios comuns, atuais e futuros.

Importa reforçar a capacidade dos intervenientes locais, o que passa pela partilha de conhecimentos em determinada área do conhecimento, cursos de formação direcionados, ferramentas e estratégias para os habilitar a contribuir para adaptar a ATD ao contexto local, nomeadamente através da criação de emprego e do diálogo social.

Além disso, é necessário um diálogo político e esforços de sensibilização coordenados e contínuos entre as redes de governos locais para influenciar os processos de governação global; contribuir para a integração do trabalho decente em todas as áreas da agenda internacional para o desenvolvimento; e promover e reconhecer os governos locais como parceiros para o desenvolvimento.

Combinados, estes elementos podem contribuir para reforçar a capacidade das autoridades locais para fomentarem o desenvolvimento económico local nas respetivas comunidades e para promoverem uma visão de desenvolvimento sustentável assente no trabalho decente.

O papel da OIT

O envolvimento da OIT com as autoridades locais teve início há muitos anos. A OIT atua como entidade sensibilizadora, mediadora de conhecimentos, criadora de parcerias e facilitadora da cooperação entre cidades, tendo em vista reforçar a capacidade das cidades para responderem aos desafios que enfrentam, fomentando simultaneamente o desenvolvimento económico local e concretizando os objetivos de trabalho decente. A Unidade de Parcerias Emergentes e Especiais (ESPU) do Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores (PARDEV) da OIT, o seu Departamento de Políticas Setoriais (SECTOR), o Centro Internacional de Formação (CIF/OIT), e a Academia em Economia Social e Solidária (Academia ESS), bem como os programas no terreno e os escritórios regionais apoiam esta cooperação com as autoridades locais.

No cerne deste envolvimento tem estado a prossecução dos principais objetivos da OIT: promoção do direitos no trabalho, incentivo à criação de oportunidades de trabalho decente, melhoria da proteção social e reforço do diálogo sobre questões relacionadas com o trabalho. Neste contexto, têm sido lançados vários projetos de cooperação técnica, atividades de partilha de conhecimentos (incluindo intercâmbios de aprendizagem entre pares) e iniciativas de sensibilização ao nível internacional. Muitas vezes, esta colaboração tem lugar no âmbito de uma plataforma de cooperação Sul-Sul e triangular, tendo em vista viabilizar um trabalho decente e sustentável para todos.



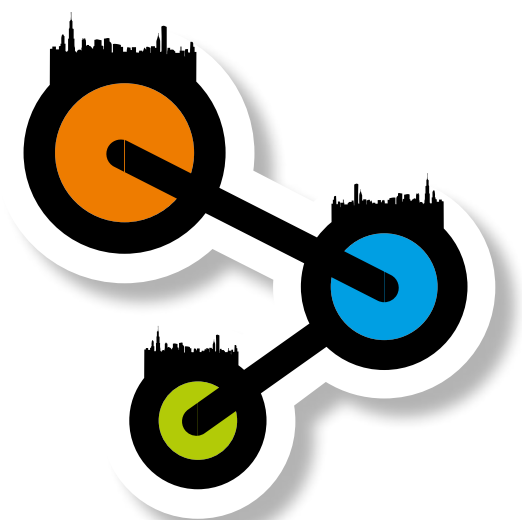
Recursos úteis

Sítios Web:

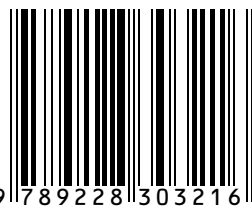
- Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores (PARDEV): <http://www.ilo.org/pardev>
- Cooperação Sul-Sul e triangular: <http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/lang--en/index.htm>
- Programa DEL da OIT: <http://www.ilo.org/led>
- Centro Internacional de Formação da OIT (CIF/OIT): http://www.itcilo.org/pt?set_language=pt
- Academia em Economia Social e Solidária: http://socialeconomy.itcilo.org/pt/inicio?set_language=pt
- Cérebro Coletivo da Academia em Economia Social e Solidária: <http://www.sseacb.net>
- Cidades e Governos Locais Unidos: <http://www.uclg.org/>
- Recursos da CGLU sobre a aprendizagem proporcionada pela cooperação entre cidades: <http://www.uclg.org/en/media/news/learning-city-city-cooperation>
- Aprendizagem pela ação da CGLU: <http://www.uclg.org/en/issues/action-learning>

Publicações:

- A Cooperação Cidade Cidade, Sul-Sul e Triangular: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222212.pdf
- How-to Guide on South-South and Triangular Cooperation and Decent Work: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_315233.pdf
- Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222163.pdf
- Labour oriented participation in municipalities: How decentralized social dialogue can benefit the urban economy and its sectors: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_162687.pdf
- Documentos de Trabalho da Academia em Economia Social e Solidária: http://socialeconomy.itcilo.org/pt/documentos-de-trabalho?set_language=pt
- UCLG Policy Paper: Development Cooperation and Local Government: http://issuu.com/uclgcglu/docs/eng_book_web



ISBN 978-92-2-830321-6



9 789228 303216